

Anita Mercante

O Processo Identitário no Movimento dos Docentes Universitários

Rio de Janeiro

2002

Anita Mercante

O Processo Identitário no Movimento dos Docentes Universitários

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA  
DISCIPLINA: MONOGRAFIA

Reitor: Pietro Novellino.

Decana: Maria José Mesquita Cavalleiro de Macedo Wehling.

Diretora: Dayse Martins Hora "Protempore".

Chefe de Departamento: Monica Cerbella Freire Mandarino.

Professora: Monica Cerbella Freire Mandarino.

O PROCESSO IDENTITÁRIO NO MOVIMENTO DOS DOCENTES  
UNIVERSITÁRIOS

ANITA MERCANTE

Monografia apresentada à Escola de  
Educação da Universidade do Rio de  
Janeiro – UNIRIO para obtenção do  
grau de Pós-Graduado em Docência  
Superior.

Professor Orientador: ADILSON FLORENTINO DA SILVA

Rio de Janeiro

2002

MERCANTE, Anita. **O Processo Identitário no Movimento dos Docentes Universitários.** Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, Escola de Educação, Monografia (Pós-Graduação em Docência Superior)- 2002. 102 f.

Mercante, Anita.

O Processo Identitário no Movimento dos Docentes Universitários. / Anita Mercante. - Rio de Janeiro 2002.

102 f. ; 30 cm.

Monografia (Especialização em Docência Superior)- Escola de Educação, Universidade do Rio de Janeiro, 2002.

## Agradecimentos

Todo trabalho que realizo, possui o auxílio de pessoas que me rodeiam, seja de uma forma direta ou indireta.

Agradeço em primeiro lugar a Deus, todo poderoso, que sempre escutou minhas rezas e sempre me deu tudo do bom e do melhor.

Agradeço aos meus pais, que sempre falaram que uma pessoa é aquilo que ela procura ser: se estuda, terá um bom emprego, se lê, adquirirá mais cultura. Você é o que você planta.

Agradeço aos meus irmãos, Renata e Rafael, por fazerem com que minha vida seja repleta de flores do campo e corações recheados de ternura e compaixão. Eu amo vocês. Para o Rafael, especificamente, obrigada por me ajudar na digitação de parte deste trabalho.

Agradeço ao meu noivo Helio, que tanto me apoiou e que torce muito por mim. Se eu posso definir cumplicidade, é o que temos um pelo outro.

Agradeço ao Sr. William Albuquerque, que foi compreensivo e me dispensou todas às quartas-feiras, dia da semana em que eu tinha o tempo todo preenchido por este Curso, que tanto me acrescentou como pessoa e como ser humano.

Agradeço a Professora Ângela Maria por ter me fornecido o material referente ao Capítulo VII desta Monografia e por ter sido sempre tão amável comigo.

Agradeço ao Professor Adilson Florentino da Silva, meu orientador, por ter tido paciência com relação à minha ansiedade, um de meus defeitos.

Agradeço à vida por me proporcionar momentos tão gratificantes como este, onde estou entregando a minha Monografia de final de Curso de Pós-Graduação "*latu sensu*" – "Formação de Docentes Universitários".

Anita Mercante

*“É importante enfatizar que os professores devem assumir responsabilidade ativa pelo levantamento de questões sérias acerca do que ensinam, como devem ensinar e quais são as metas mais amplas pelas quais estão lutando”.*

GIROUX, 1997, p. 161

## Resumo

Buscou-se nesta Monografia fazer um estudo sobre a Universidade, o Professor Universitário e o Movimento que envolveu os Docentes Universitários na década de noventa. Foi feita uma pesquisa a respeito das categorias que se define para o Professor Universitário e suas respectivas características. O trabalho ainda faz uma reflexão sobre a "figura" do professor universitário e as "exigências" para que o docente do Ensino Superior mantenha uma boa relação com a Instituição em que atua. Foram colocadas questões que envolveram o Movimento dos Docentes Universitários na década de noventa: o que foi este movimento, quais eram seus princípios e o que o governo executou a favor e contra esta parcela da população. Neste acontecimento, constata-se a importância destes profissionais para o atual Ensino Superior no Brasil. Foi feita uma análise deste ocorrido e foi traçada uma categoria de docente universitário pertinente a este fato na história de nosso país.



## SUMÁRIO

<b>1.0 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2.0. A UNIVERSIDADE.....</b>	<b>16</b>
2.1. Definição de Universidade.....	16
2.1.1. A Função da Universidade.....	17
<b>3.0. O PROFESSOR UNIVERSITÁRIO.....</b>	<b>19</b>
3.1. As Categorias do Professor Universitário.....	20
3.1.1. O Professor “que apenas ensina”.....	21
3.1.2. O Professor “Biscateiro”.....	22
3.1.3 O Professor que é Professor porque possui Nível Superior.....	23
3.1.4. O Professor Pesquisador.....	24
3.1.5. O Professor como Intelectual Transformador.....	26
<b>4.0. AFINAL, O QUE É SER PROFESSOR?.....</b>	<b>27</b>
<b>5.0. REPENSANDO NA FIGURA DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO.....</b>	<b>32</b>
<b>6.0. SOLUÇÕES PARA O ENSINO SUPERIOR E PARA O PROFESSOR UNIVERSITÁRIO – UM PARALELO.....</b>	<b>34</b>
<b>7.0. O MOVIMENTO DOS DOCENTES UNIVERSITÁRIOS NA DÉCADA DE 90.....</b>	<b>37</b>
7.1. Globalização e Despolitização.....	37
<b>8.0. ANDES – Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior – e a trajetória do sindicalismo nos últimos 20 anos.....</b>	<b>38</b>
8.1. Por que o novo sindicalismo?.....	39

<b>9.0. OS ACONTECIMENTOS NO DECORRER DOS ANOS 90.....</b>	<b>42</b>
9.1. O Sindicalismo brasileiro e o ANDES no refluxo dos anos 1990:.....	42
9.1.1. Reestruturação e Sindicatos.....	43
9.2. A Permanência da Estrutura.....	45
9.3. As Opções das Direções.....	47
<b>10. AS RESPOSTAS DO ANDES-SN NA ATUAL FASE DO SINDICALISMO BRASILEIRO.....</b>	<b>52</b>
<b>11. QUE SINDICATO PARA AMANHÃ?.....</b>	<b>55</b>
<b>12. CARACTERIZAÇÃO DE UMA CATEGORIA AO MOVIMENTO DOS DOCENTES UNIVERSITÁRIOS.....</b>	<b>58</b>
<b>13. CONCLUSÃO.....</b>	<b>60</b>
<b>14. ANEXOS.....</b>	<b>62</b>
<b>15. BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>102</b>

## 1.0. INTRODUÇÃO

*“É no âmbito da Universidade que se institui a legitimidade para exercer um papel constitutivo na formação do educador”.*

Fountoura, Helena Amaral da (1999, p.56).

Antes mesmo de explicar o tema deste trabalho, gostaria de ressaltar o motivo pelo qual eu escolhi este assunto para a minha pesquisa.

Ao longo de minha vida, sempre me interessei por pessoas. Pessoas me fascinam. Diz um poema que pessoas são um presente.

Gosto muito de observar pessoas. Seu modo de falar, como lidam com outras pessoas, como reagem a determinados tipos de situações, enfim...

Quando estava na escola em meu Segundo Grau, num colégio judaico, olhava cada trejeito de cada um de meus professores - a maneira que eles explicavam a matéria, o modo como transmitiam o conteúdo, o jeito que falavam sobre suas vidas pessoais e o tratamento que davam aos alunos considerados “mais inteligentes” e que sentavam na primeira fileira”. Até os dias de hoje, lembro-me não de todos, mas de alguns deles que, apesar de não saberem, foram muito significativos para o meu crescimento como pessoa.

Quando fiz meu Pré-Vestibular, fui para um Colégio maior, mais alunos, mais professores e “mais moderno” no ensino.

No primeiro dia de aula cheguei atrasada. (minha relação com o relógio nunca foi a das melhores)...

Sentei na primeira fileira. Continuei com o meu jeito de sempre - observando os professores daquele Estabelecimento de Ensino - e me emocionei ao contar aos meus pais sobre meu primeiro dia de aula em um colégio “conhecido” com um “ensino conceituado”.

✓

Contava meu primeiro dia de aula para meus pais retratando o perfil de cada professor que tinha me dado aula naquele mesmo dia e lágrimas rolavam de meus olhos. Não consegui me conter.

O professor de Biologia tinha um ânimo fora do comum. Animava a turma com seu entusiasmo.

A professora de Literatura nos fascinava ao falar de Gregório de Matos, o "Boca do Inferno" - a Literatura passou a ser uma das minhas matérias prediletas.

O professor de Química brincava com a turma e tinha um domínio incrível de todos os pontos tanto da Química Orgânica, quanto da Química Inorgânica e passei a ir na hora do recreio em sua sala para explicar minha situação naquele novo colégio, que ainda me amedrontava.

Enfim, aos poucos, meus olhos começaram a se abrir para o mundo.

Comecei a perceber como as pessoas enfrentam as situações: como eu me comportei ao me apresentar em um seminário na frente de sessenta alunos desconhecidos...

A partir desta idade, aos dezessete anos, fui ficando cada vez mais detalhista e observadora. Admirava alguns professores e fui me identificando com alguns deles.

Ao entrar na Faculdade, fui logo interagindo com alguns docentes e confesso que este mundo acadêmico me despertou para a Docência Superior, mas ao mesmo tempo, o receio tomava conta do meu ser por sempre ter sido tímida em público.

Com os seminários apresentados da Faculdade, fui ficando mais calma e comecei a olhar para as pessoas de frente, sem medo de encara-las. É claro que foi um exercício difícil, mas não impossível.

Com o passar dos semestres, minha idéia de lecionar em Instituições de Ensino Superior foi ficando cada vez mais encorpada quando, neste ano de 2002, como pré-requisito

para a conclusão de meu Curso de Pós-Graduação, todos os alunos pertencentes à turma, tiveram que dar uma aula para uma das turmas de Graduação do Curso de Pedagogia da Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO, onde me formei.

Fiquei mais envolvida ainda com os alunos que olhavam fixo para mim - enquanto eu falava sobre um assunto que despertou interesse da turma – As Diretrizes que regem os atuais Cursos de Graduação conforme o MEC – Ministério da Educação.

Na verdade, o tema pode até não ser tão interessante para alguns dos discentes que estavam presentes na sala, mas A MANEIRA PELA QUAL O CONTEÚDO FOI TRANSMITIDO, agradou posso dizer que mais de oitenta por cento da turma.

Ao final da aula exposta, todos os alunos me parabenizaram como se eu fosse amiga deles já por algum tempo.

Não me esqueço daquela turma. Não me esqueço das pessoas que marcam minha vida. Foram pessoas que, apesar de não saberem que aquela tinha sido a minha primeira vez em sala de aula, me respeitaram como se eu fosse uma professora universitária já há algum tempo.

Partindo deste meu encantamento por pessoas, escrevi esta Monografia de Conclusão de Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu*: “*Formação de Docentes Universitários*” que teve como finalidade fazer uma pesquisa a respeito das categorias que se define para o Professor Universitário e colocar a questão do Movimento dos Docentes Universitários durante a década de noventa, que foi primordial para a importância que a Universidade possui nos dias atuais.

Como introdução do assunto em questão, no Capítulo II, foi colocado ao leitor a definição de Universidade e sua função.

✓

Logo após uma visão geral do que é Universidade, no Capítulo III, foi colocada o assunto sobre o Profissional do Ensino Superior: o Docente Universitário.

No Capítulo III, foi feita uma pesquisa sobre o perfil que se tem hoje a respeito do Professor Universitário. Nos itens que sucedem este Capítulo, foram discriminadas cinco categorias de Docente do Ensino Superior com suas respectivas características.

O Capítulo IV questiona o que é ser um professor universitário e quais são as “exigências” para que este profissional se suceda no decorrer de sua carreira lecionando em Instituições de Ensino Superior.

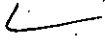
No Capítulo V, fez-se uma reflexão a respeito da “figura” do Docente Universitário e soluções para os diversos tipos de Professores que existem nas Faculdades, Universidades, Centros Universitários e Instituições de Ensino em geral.

O Capítulo VI aborda soluções para uma boa relação entre o professor universitário e o Ensino Superior pois, bem sabemos nós através dos noticiários e outros meios de comunicação que, existem faculdades onde professores não são e nunca serão professores e “alunos que fingem aprender”.

Nos Capítulos VII, VIII, IX, X e XI foi feito um estudo sobre o Movimento dos Docentes Universitários na década de noventa: o que foi este movimento, quais eram seus princípios, o que o governo executou a favor e contra esta parcela da população e as conseqüências deste acontecimento.

Não estou aqui desmerecendo o governo mas, posso colocar que as reivindicações desta minoria implicaram em notável melhoria nas condições do Ensino Superior no Brasil, nos anos que se sucederam.

No Capítulo XII, foi definida uma das categorias de Docente Universitário expostas no Capítulo III, concernente a este Movimento na história de nosso país no decorrer da década de noventa.



Terei como fundamentação teórica, autores e teóricos que construíram as várias identidades para este Profissional do Ensino Superior e teóricos atuais que colocam a questão do Movimento dos Docentes Universitários durante os anos que transcorreram a década de noventa. Citarei autores como Giroux, Derek Bok, Pedro Demo, Marcelo Badaró no corpo do trabalho, dentre outros.

Ao final foram anexadas fotos coletadas referentes aos dez anos do Movimento Docente e foi elaborada uma Conclusão abordando esta questão e minha posição a respeito deste tema.

A leitura desta Monografia implicará em reflexão das pessoas não somente relacionadas à área de Educação, como nas demais, que se identificarão com uma destas categorias de professor universitário que foram traçadas e farão uma reflexão não somente de suas atitudes como de suas vidas pessoais.

Em consequência disto, estes leitores poderão obter maior esclarecimento a respeito deste tema que resgatará o importante Movimento que envolveu nossos docentes e, que sem eles, não haveria Instituições de Ensino Superior tão qualificadas e tão empenhadas em conservar o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

Anita Mercante



## 2.0 . A UNIVERSIDADE

### 2.1. Definição de Universidade

São muitos os livros que abordam a questão da Universidade.

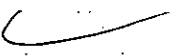
Este Capítulo II coloca algumas definições que se tem de Universidade pois este trabalho engloba questões sobre o Ensino Superior no Brasil e sobre os Professores Universitários, portanto achei imprescindível começar citando alguns autores especialistas no assunto.

Ao longo dos anos, filósofos, pensadores e autores, tentaram elaborar uma definição para "Universidade". Das várias definições que li, enfatizo aqui três delas.

Charle e Verger (1988) colocam em História das Universidades: Cientes de que as universidades sempre representam apenas uma parte do que poderíamos denominar, de modo amplo, ensino superior; tomam a idéia da universidade em um sentido relativamente preciso de "*comunidade (mais ou menos) autônoma de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em um nível superior*" (p.7), que faz dela uma "*criação específica da civilização ocidental, nascida na Itália, na França e na Inglaterra no início do século XIII.*" (p.8).

Outra definição seria que universidade é, assim, uma instituição aristocrática destinada a "*encorajar o uso não instrumental da razão por si própria, proporcionar uma atmosfera onde a superioridade moral e física do dominante não intimide a dúvida filosófica, preservar o tesouro dos grandes feitos, dos grandes homens e dos grandes pensamentos que se exige para alimentar essa dúvida*" (p. 244).

A terceira definição seria a de que a universidade é um centro de investigação e de produção de conhecimento de educação e de formação de educadores, cientistas e investigadores, possibilitando a formação para o exercício das diversas profissões existentes na sociedade e transmitindo a cultura às novas gerações.





### 2.1.1. A Função da Universidade

São várias as funções da universidade. A principal função da universidade é recrutar e classificar talentos de forma que eles possam ser identificados mais facilmente por escolas de graduação e profissionais e, finalmente, pelos empregadores.


Mas, sabemos nós que o que falta na universidade é qualificar o profissional para que este seja mais confiante e que não tema em enfrentar os desafios do mercado competitivo.

A Universidade é um espaço de produção e difusão de conhecimento, um espaço de formação de profissionais de todas as categorias e em plena atividade como cidadãos profissionais e um espaço de construção, produção e disseminação de saberes, acessíveis à todos, pública e gratuita, com a preocupação constante com a qualidade do que se oferece aos que procuram.

A Universidade pode também desempenhar outra função: a de socializadora de conhecimento para as pessoas que fazem parte dela diretamente: professores e alunos como também para outros setores da sociedade, o que não acontece na realidade.

Luckesi (1998) fala da consciência crítica que a Universidade possui. Esta consciência não poderá ser efetivada e desenvolvida se não houver uma compreensão do conhecimento de como entender o mundo, sendo necessário que esta compreensão oriente todos os atos acadêmicos e pedagógicos na prática universitária.

Os cursos de licenciatura ainda têm profundas marcas deste período político-cultural que afetou intensamente a universidade no Brasil, especialmente pela perspectiva de organização estrutural. A divisão do conhecimento em especialidades já estava construída pela compreensão positivista de ciência. O projeto político completou esta dimensão com a divisão da estrutura de poder, fracionando o que até hoje temos sido pouco capazes de unir: teoria e prática; conhecimento pedagógico e conhecimento específico; ensino e pesquisa; bacharel e licenciado etc.



Este fracionamento na formação dos professores vem sendo agravado se considerarmos que o terreno político da nova ordem econômica vem sofrendo profundas modificações desde finais dos anos setenta. Como afirma Angulo (1999, p.15): *"O suposto consenso sobre a sociedade mudou, em razão da nova constelação de valores a que se supõe tinham que responder os sistemas educativos, onde o valioso já não se encontra mais relacionado com a idéia de transformação moderna de sociedade e de melhora constante, nem a extensão da mesma. A crise econômica e a propagação paulatina mas constante das políticas neoliberais estão trazendo um marco diferente do anterior...incorporando a ideologia social do mercado, dos discursos de excelência e de privatização"*.

Ao contrário do período anterior, os investimentos escassearam consolidando a idéia de que o objetivo da inovação é justamente poupar recursos e reduzir as despesas com a educação. A generalização de diretrizes curriculares e a homogeneização dos conteúdos auxiliam a diminuir o custo social e colocam as escolas/universidades em posição de responsabilidade pelo alcance de objetivos definidos externamente pelas políticas públicas reguladas pelo mercado. A presença de organismos supranacionais (Banco Mundial) completa a faceta desta conjuntura implementadora de políticas competitivas, onde é preciso tomar decisões conforme o esperado, previamente definido e formatado pelos mecanismos de avaliação externa. Enfraquece-se o público ao atribuir ao privado as qualidades de eficiência e produtividade típicas do mundo empresarial.

Essas considerações nos fazem compreender que não é possível pensar os processos inovativos sem levar em conta seu caráter histórico-social. Eles se constroem num tempo e espaço e não podem ser percebidos como uma mera produção externa, nem ingenuamente como algo espontâneo e independente. Percebe-se que a inovação é resultado de tensões e não meramente a inserção de novidades técnicas e tecnológicas, como dispositivos modernizantes.

Os movimentos políticos vêm marcando a história do país, incluindo suas relações internacionais, estabelece avanços e recuos na construção de um projeto educacional cada vez mais dependente das estruturas do poder dominante. Neste contexto o conceito do que seja inovação oscila, sempre na perspectiva de cumprir uma profecia previamente estabelecida.

Inovação não é um termo que se define por si. A explicitação de sua perspectiva é fundamental para a compreensão do contexto que constrói seus elementos discursivos.

Talvez por não aprofundar esta condição é que é possível localizar distintas reações ao termo inovação.

Os educadores brasileiros dos anos 1980 foram bastante críticos frente à inovação. Fácil é entender este fenômeno pela conotação dada ao termo no período militar, onde os processos inovadores foram vistos como mecanismos para mudar o superficial sem trazer à tona as questões de fundo. O esforço do discurso crítico foi o de denunciar este fato e, portanto, banir aquela perspectiva funcionalista de inovação. Como é bastante comum em situações similares, rejeitou-se qualquer possibilidade de ressignificação do termo.


O início dos anos 90 encontrou a possibilidade de repensar este quadro. As contradições vivenciadas pelas chamadas experiências pedagógicas que insistiam em quebrar com a história raiz conservadora fizeram os educadores refletirem de forma mais flexível sobre as inovações. Muito desta condição alicerçou-se na necessidade de procurar referenciais teóricos que ajudassem a melhor entender as transformações contemporâneas.

### 3.0. O PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

*“Compreender é inventar ou reconstruir através da reinvencão e que será preciso curvar-se ante tais necessidades se o que se pretende para o futuro é que os indivíduos sejam capazes de produzir ou de criar e não apenas de repetir”.*

Piaget (1998, p.42)

Uma boa parte dos professores, provavelmente a maioria, baseia sua prática em prescrições pedagógicas que viraram senso comum, incorporadas quando de sua passagem pela escola ou transmitidas pelos colegas mais velhos. Entretanto, essa prática contém pressupostos teóricos implícitos.



Por outro lado, há professores interessados num trabalho docente mais conseqüente, professores capazes de perceber o sentido mais amplo de sua prática e explicitar suas convicções. Inclusive há aqueles que se apegam à última tendência da moda, sem maiores cuidados em refletir se essa escolha trará, realmente, as respostas que procuram.

Deve-se salientar que os conteúdos dos cursos de licenciatura, ou não incluem o estudo das Tendências Pedagógicas, ou giram em torno de teorias de aprendizagem e ensino que quase nunca têm correspondência com as situações concretas de sala de aula, não ajudando os professores a formar um quadro de referência para orientar sua prática.

Sendo assim, a universidade fornece ao professor o lugar do saber e da autoridade, tornando a aprendizagem um processo de memorização e de comunicação unilateral.


Discordo em parte de Fernandez, pois existiram exceções em alguns casos que presenciei durante os quatro anos e meio nas aulas de meu curso de graduação em Pedagogia e em um ano no meu *Curso de Especialização em Docência Superior*. Em ambos não tive este problema. Os professores davam a palavra aos alunos, aprendendo com suas experiências e vivências.

### 3.1. As Categorias do Professor Universitário

Tomada como marca definitiva da nossa realidade educativa e científica, muitos estão dispostos a aceitar universidades que apenas ensinam, como é o caso típico de instituições noturnas, nas quais os alunos comparecem somente para aprender e passar.

Os professores quase todos biscateiros de tempo parcial, somente dão aula. É comum o professor que apenas ensina, em especial o de 1º e 2º graus.

Eis aqui a primeira categoria de docente universitário.



### 3.1.1. O Professor “que apenas ensina”.

Suas características são:

- Estuda uma vez na vida, amalha certo lote de conhecimentos e, a seguir, transmite aos alunos, dentro da didática reprodutiva e cada dia mais desatualizada;
- Não domina sofisticções técnicas da pesquisa, mas sobretudo porque admite a cisão como algo dado;
- Fez a “opção” pelo ensino;
- Passa a vida contando aos alunos o que aprendeu de outrem, imitando e reproduzindo subsidiariamente;
- Não se dedica à pesquisa;
- Não são “professores”, mas “instrutores” (*Lehrer*, na Alemanha; *teacher*, na Inglaterra), “mestres” (*maitre*, na França) etc.

Não é difícil, por exemplo, encontrar professor de matemática no 2º grau que sabe muito pouco de matemática, além de estar desatualizado.

Não é difícil encontrar professor de Metodologia na universidade que mal consegue mostrar intelecção satisfatória dos textos que se está lendo e repassando. Fez graduação escutando um “instrutor”, copiando fichas e anotações de aula, “colando” provas.

Jamais tentou construir elaboração própria, nem isto lhe foi exigido; tem de ciência a noção de algo que não faz parte do seu mundo profissional e cotidiano.

**O professor que apenas ensina imbeciliza o aluno. Nunca foi deveras professor.**

### 3.1.2. O Professor “Biscateiro”.

Na realidade, do lado do *professor* temos a visão empobrecida do ministrador de aulas, ainda em grande parte pessoas que detêm apenas graduação, sem experiência comprovada no campo científico. Fruto do mero aprender, naturalmente decaem no mero ensinar. Esta caricatura se adensa mais ainda no professor biscateiro, marcado por condições negativas de toda ordem.

Suas características são:

- Em seu campo de graduação é chamado a dar qualquer matéria, como se possuísse versatilidade perfeita, não faltando casos em que é chamado a desbordar o seu campo: há administradores que ensinam economia, advogados que ensinam sociologia, educadores que ensinam filosofia;
- Entende-se como simples repassador de conhecimento alheio, que um dia estudou e aprendeu e, em decorrência, imagina poder transmitir aos outros, de cópia em cópia;
- Embora possa sempre existir a “picaretagem”, predomina a luta pela sobrevivência, que não deixa sequer tempo para pensar em qualidade formal e mérito acadêmico conquistado.

Essas marcas caracterizam a impropriedade flagrante da função de *professor*, banalizada na condição de repassador barato de conhecimento alheio.

Deixando de lado aquilo de que ele não tem “culpa”, essa figura não ultrapassa o patamar de “instrutor”, porque não internaliza os conteúdos principais do conceito de pesquisa como princípio científico. Não detém qualidade formal mínima, no sentido de ter aprendido bem a sua matéria, até porque, pela via da aprendizagem imitativa, não é viável qualidade formal satisfatória.

A falta de conteúdo, resta apenas a forma, como casca externa frágil e estranha.

**Professor é aquela figura que, tendo graduação, é contratada para dar aulas.**

Pior que isso, há instituições de ensino superior que assim se definem: apenas dão aula e têm como professor típico esse biscateiro instrutor.

Por exemplo, quem dá aula de introdução à educação faz isso porque é capaz de escrever – pelo menos de reescrever à sua maneira – o que seria introdução à educação.

Não é aceitável que alguém se considere professor de introdução à educação, porque, tendo graduação em educação, já leu um livro de introdução e, em seguida, conta para os alunos o que leu. Aí não se saiu da imitação, da cópia, da simples reprodução, que vai imprimir a mesma atitude receptiva nos alunos.

No extremo, é impossível ser professor “de qualquer coisa”, até porque sequer seria viável ser monitor, entendendo-se por monitor alguém que, não tendo necessariamente domínio da matéria, se apresenta como instrutor útil eventual.

O instrutor que passa uma vida toda dizendo sempre a mesma coisa, à revelia do progresso científico, o que significa precariedade dupla: apenas copiar, e surrar a cópia. A universidade está marcada fortemente por essa dupla precariedade, o que lhe transmite imagem insistente de conservadorismo: por não estar fecundada pela pesquisa, predomina a engrenagem burocrática respectiva, da qual faz parte o professor-papagaio, que sempre diz a mesma coisa e já sequer sabe o que diz.

### **3.1.3 O Professor que é Professor porque possui Nível Superior.**

A universidade é capaz de produzir um “professor” de ensino básico que:

- Nunca pisou numa sala de aula;
- Nunca deu uma aula;
- Sabe discursar sobre teorias econômicas - economista, mas não tem idéia de como usar na prática tais conhecimentos;
- Discute animadamente sobre mais-valia e exploração do trabalhador – sociólogo, mas nunca viu de perto um sindicato ou uma greve;
- Não consegue dar conta de um tema ao concluir seu curso;

- Não consegue escrever com clareza e sistematização;
- Não ordena, manuseia, constrói e interpreta dados;
- Revela continuar ainda apenas “aluno”, até porque aprendeu com um “professor que nunca saiu da condição de “aluno”;
- Não sabe “dar conta de um tema” com desenvoltura.

Os professores se dizem “ensinadores”, porque na universidade foram obrigados a apenas aprender. De modo geral, um “professor” de educação básica não sabe elaborar um tema com mão própria.

Além de dispor de acanhada qualidade formal, decai logo na desatualização, a par dos desestímulos que o cercam, sobretudo condições profissionais adversas. (Mello, 1986; Novaes, 1987).

Vale afirmar que o problema mais agudo da escola não é o aluno, por ser pobre, inculto, mas o professor, que ainda é apenas “aluno”.

**Este professor nunca foi além da posição de discípulo, porque não sabe elaborar ciência com as próprias mãos. Como caricatura parasitária que é, reproduz isso no aluno.**

#### **3.1.4. O Professor Pesquisador**

Esta categoria engloba os professores que:

- Somente pesquisam;
- São elitistas exploradores;
- São privilegiados;
- São acomodados;
- Sabem acumular dados mensurados;
- Nunca desistem de questionar a realidade sabendo que qualquer conhecimento é apenas recorte.



- Têm apenas graduação, até porque pesquisa – bem compreendida – é possível e necessária já no pré-escolar.

Esta postura permite afirmar que *somente tem algo a ensinar quem pesquisa*. Os alunos não podem bastar-se com a formalidade vazia de alguém que é professor apenas porque foi contratado e investido na autoridade formal, mas necessitam de um autêntico *mestre*, compreendido como professor que tem o que dizer a partir da elaboração própria.

Sem chorar mágoas do subdesenvolvimento, é preciso saber encontrar equilíbrio aceitável entre a condição favorecida e desigual dos que podem dedicar-se ao estudo integral, e aquela da maioria que vai estudar depois do trabalho. Aí é fundamental a noção cotidianizada de pesquisa: pode banalizar-se, mas pode ainda ser muito aceitável, se conseguir ambiente propício à formação do diálogo crítico com a realidade, do questionamento processual como atitude científica básica, da insistência na elaboração própria, pelo menos da digestão pessoal. Talvez fosse o caso prolongar o tempo de estudo para o ensino noturno, por mais que seja outra carga desigual.

O importante é compreender que sem pesquisa não há ensino.

**A ausência de pesquisa degrada o ensino a patamares típicos da reprodução imitativa. Entretanto, isto não pode levar ao extremo oposto, do professor que se quer apenas pesquisar, isolando-se no espaço da produção científica.**

Se a pesquisa é a razão do ensino, vale o reverso: o ensino é a razão da pesquisa, se não quisermos alimentar a ciência como prepotência a serviço de interesses particulares.

**Quem ensina carece pesquisar; quem pesquisa carece ensinar. Professor que apenas ensina jamais o foi.**

Professor é quem, tendo conquistado espaço acadêmico próprio através da produção, tem condições e bagagem para transmitir via ensino. Não se atribui a função de professor a alguém que não é basicamente pesquisador.

Ainda é importante repensar a necessidade de atualização constante, que faz parte da pesquisa como questionamento cotidiano.

### **3.1.5. O Professor como Intelectual Transformador**

Em seu livro: "Os Professores como Intelectuais", Giroux (1997) coloca que o professor pode ser um intelectual transformador. Suas características são:

- É comprometido com o ensino como prática emancipadora;
- É comprometido com a criação de escolas com esferas públicas democráticas;
- É comprometido com a restauração de valores progressistas compartilhados;
- É comprometido com um discurso e uma prática ligados aos ideais da democracia, igualdade e justiça social;
- É comprometido com seu papel de auxiliar seus alunos a refletirem sobre seu papel no contexto sócio-econômico no meio em que vivem;
- Toma o conhecimento escolar relevante para a vida de seus estudantes, para que os membros tenham voz;
- Afirma a experiência estudantil como parte do encontro pedagógico;
- Fornece conteúdo curricular e práticas pedagógicas que tenham ressonância com as experiências de vida dos estudantes;
- Toma conhecimento e a experiência emancipadores, possibilitando que os estudantes desenvolvam uma imaginação social e coragem cívica capaz de ajudá-los a intervir em sua própria autoformação, na formulação dos outros e no ciclo socialmente reprodutivo da vida em geral;
- Desenvolve um discurso e conjunto de suposições que lhe permita atuar mais especificamente como intelectuais transformadores;
- Combina reflexão e ação no interesse de fortalecer os estudantes com as habilidades e conhecimentos necessários para abordarem as injustiças;
- Atua criticamente, comprometido com o desenvolvimento de um mundo livre da opressão e exploração;
- Dá a voz a quem faz;

- Ouve quem tem o que dizer;
- Trabalha junto com;

Docentes intelectuais deste tipo, não estão preocupados com a promoção de realizações individuais ou progresso dos alunos nas carreiras, e sim com a autorização dos alunos para que possam interpretar o mundo criticamente e mudá-lo quando necessário.

**O professor universitário deve procurar ser um intelectual transformador, no verdadeiro sentido da expressão. Transformar significa realmente mudar e não repetir o que já existe com outra roupagem.**

Este processo de tornar-se um intelectual transformador passa pela vontade de acertar, de aprimorar a sua prática, pois só o desequilíbrio o traz a busca pelo equilíbrio. Essa formação requer um espaço permanente de reflexão que pode ser oferecido pelas faculdades de educação com vistas à troca de experiências que estão acontecendo na Universidade e que passam ser sistematizadas e servirem de base para elaborações e reelaborações teóricas.

#### 4.0. AFINAL, O QUE É SER PROFESSOR?

Assim, vale perguntar: o que é ser *professor*?

- ❖ Em primeiro lugar, é *pesquisador*, nos sentidos relevados;
- ❖ Possui capacidade de diálogo com a realidade, orientado a descobrir e a criar;
- ❖ É elaborador da ciência, firme em teoria, método, empiria e prática;
- ❖ É *socializador* de conhecimentos, desde que tenha bagagem própria, despertando no aluno a mesma noção de pesquisa;
- ❖ É quem, a partir de proposta de emancipação que concebe e realiza em si mesmo, torna-se capaz de *motivar o novo pesquisador* no aluno, evitando de todos os modos reduzi-lo a discípulo subalterno.

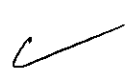
Essa exigência pode recair na “idiotice especializada”, quando a especialização resvala para o encerramento em detalhes que fazem perder a noção do todo, dificultando o diálogo com a realidade. Um professor competente de educação pode aceitar o desafio de dar

aula de introdução à educação, mas não deixaria jamais de colocar nesse prato a sua própria pimenta, recolhida da sua experiência prática como educador, reelaborada a partir do conhecimento crítico de muitas introduções escritas por vários autores. No mínimo, deve aparecer síntese própria, que começa pelo cotejo crítico dos autores.

Mas parece claro que o professor mais adequado de introdução à educação seria aquele que tem produção própria nessa matéria, em particular quem faz elaborações próprias, porque, além de dispor de bagagem pessoal, é capaz de comparar as várias maneiras de conceber a matéria, de imprimir forte dose de espírito crítico e autocrítico, de formular o ambiente propício ao diálogo criativo com todas as correntes, de fomentar a produção constante de argumentos alternativos na área. Este já poderia imbuir-se da condição de mestre, que se alimenta principalmente da pesquisa.

Em termos muito simplificados, pode-se dizer que, no plano da teoria, é mister exigir *capacidade própria de elaboração*, e, no plano da prática, *capacidade de recriar teoria e de unir saber & mudar*. A exigência de elaboração criativa não deve ser estereotipada em vezos sofisticados excepcionais. No contexto do questionamento inquieto diante da realidade, já temos aí o início fecundo da criatividade, possível mesmo num analfabeto, que, embora não conseguindo produzir ciência, é capaz de criar alguma sabedoria e muito bom senso.

**Em termos ideais, podemos colocar para o professor as seguintes exigências:**

- A primeira será a exigência de pesquisa;
  - Deve possuir domínio teórico;
  - Deve ser capaz de discutir alternativas explicativas da realidade, e de elaboração teórica própria;
  - Deve possuir habilidade de manuseio de dados empíricos, para dispor desse expediente de contraste com a realidade;
  - Deve possuir versatilidade metodológica, como instrumentação essencial para discutir ciência, preferir e construir versão própria;
  - Deve possuir experiência prática, chamando à cena também a questão da sua cidadania (qualidade política), como sujeito social, para quem nada é neutro, muito menos ciência;
- 

- Deve criar espaços alternativos de compreensão e intervenção;
- Deve alimentar processos emancipatórios na sociedade através do questionamento produtivo na teoria e na prática, atingindo a pesquisa como princípio educativo também;
- Precisa ser construtor de conhecimento novo e agente de mudança da sociedade;
- Em vez de ser apenas intérprete externo do livro didático, o professor deve ser o próprio livro didático, se fosse capaz de tornar-se criador da didática;
- É fundamental, o contato com material didático que motive o espírito questionador em geral e o diálogo persistente com a realidade, ao contrário de meros “manuais”, “apostilas”, receitas empobrecidas feitas para empobrecer;
- Neste contexto, o papel do professor universitário é se propor a trabalhar com alunos que podem vir a aprender, a construir seu próprio conhecimento, a partir do que já existe, porém sem se limitar a isto.

O professor é, sobretudo, motivador: alguém a serviço da emancipação do aluno.

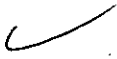
Nunca é a medida do que o aluno deve estudar.

*“O aluno é a nova geração do professor, o futuro mestre, não o laçao que precisa de cabresto”.*

Demo (1990, p. 56).

Antes de ser professor, pode ser monitor, assistente, docente, leitor, em cujo trajeto vai forjando espaço próprio de produção.

Não há professor que não seja em primeiro lugar construtor de ciência. Jamais seria pensável que ministrasse “qualquer” aula, sobre “qualquer” disciplina. Destacado pelo que produz e domina, a sua função se dará nessa área naturalmente, acrescentando-se o compromisso de atualização.



*“O primeiro passo é aprender a aprender, que significa não imitar, copiar, reproduzir. A verdadeira aprendizagem é aquela construída com esforço próprio através de elaboração pessoal”.*

Demo (1990, p. 63).

O professor tem seu lugar, como pesquisador e orientador, para motivar no aluno o surgimento do novo mestre. Faz parte do conceito de criatividade, “saber se virar”, inventar saídas, sobretudo “aprender a aprender”, e isto é profundamente pesquisa.

Parece exigência excessiva essa definição de professor. Mas, se recolocarmos a possível cotidianização da pesquisa, não se trata de genialidade esotérica, nem de píncaros excepcionais, mas da atitude fundamental de participação construtiva, pelo menos só no nível da digestão própria, que aparece na capacidade de elaboração pessoal.

Por outra, ainda que se deva cotidianizar a pesquisa, há um mínimo de exigência qualitativa que se defronta com misérias típicas da nossa sociedade, sobretudo com o amesquinamento profissional e salarial. Basta colocar a necessidade de elaboração própria, para tornar-se imprescindível o acesso a livros, tempo para discutir e escrever, condição econômica de auto-sustentação razoável. Demonstração ostensiva dessa precariedade é o ensino noturno, que representa necessidade e banalização, ao mesmo tempo.

De um lado, sem o ensino noturno, grande parte da população não teria qualquer acesso, porque, antes de estudar, precisa trabalhar para sobreviver. De outro, estudar à noite significa acomodar exigências às condições concretas, coibindo aproveitamento desejável e que somente é factível nos casos de dedicação integral.

Por vezes, há professores que se afastam do ensino, por estratégia, ou seja, porque do contrário não há tempo para pesquisa. Outros, porém, induzem à formação de uma casta, que passa a ver no ensino algo secundário e menor.

Transmitir conhecimento deve fazer parte do mesmo ato de pesquisa, seja sob a ótica de dar aulas, seja como socialização do saber, seja como divulgação socialmente relevante.

A maioria dos professores se espantaria ao extremo se colocássemos a pesquisa como primeiro desafio do aluno, porque se considera o aluno como inepto para tanto.

Na verdade, essa inépcia é do professor, que, não sendo pesquisador, não teria como dar o que não tem. Em vista disso, a didática típica é o rito arcaico da aula discursiva, forjada na relação depredada e enferrujada entre alguém formalmente investido da função de ensinar e um auditório cativo, que deve apenas ouvir e copiar.

O mínimo que se poderia dizer é que, para transmitir conhecimento alheio, se esta é a função, aula já não é o instrumento mais produtivo, desde muito tempo, pelo menos desde a invenção dos modernos meios de comunicação. Está fora de dúvida que expedientes de áudio e vídeo podem transmitir muito melhor.

Parece claro que a "aula" vai perdendo importância, à medida que surge o cientista autônomo, o novo mestre, que aprende por elaboração própria, não por imitação. É imaginável uma faculdade de educação, na qual a atividade discente principal seja a própria elaboração de trabalhos científicos, de acordo com cada matéria curricular, inclusive com margem de escolha. Teríamos "liberdade acadêmica", que, se bem entendida, pode ser expressão da força emancipatória da pesquisa. Tomando como exemplo "teorias da educação" em dois semestres, podemos definir tal espaço como referido às maneiras de expressão da ciência da educação em termos de concepções da realidade educacional: sociologia, filosofia, história, psicologia, antropologia, economia da educação e ainda teóricos relevantes.

Em vista disso, o termo professor é reservado para nível específico de amadurecimento acadêmico, geralmente o catedrático, o titular, que já teria demonstrado capacidade de criação científica própria.

**O novo mestre não é apenas o magnata da ciência, o gênio incomparável, o metodólogo virtuoso, mas todo cidadão que souber manejar a sua emancipação, para não permanecer na condição de objeto das pressões alheias.**

## 5.0. REPENSANDO NA FIGURA DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

Para além da crítica, é fundamental perguntar por pistas de atuação alternativa. A primeira preocupação é repensar o “professor” e na verdade *recriá-lo*. De mero “ensinador” – instrutor no sentido mais barato – deve passar a “mestre”.

É possível enfrentar esse desafio, retornando a reciclagens sugestivas, perquirindo propostas de atuação alternativas, sobretudo partindo para construir elaborações próprias, no meio de exercícios visíveis de cidadania competente em termos formais e políticos.

O “professor” (com aspas), para tornar-se **PROFESSOR** (sem aspas e com maiúsculas), carece de investir-se da atitude do pesquisador e, para tanto, perseguir estratégias adequadas. Sobretudo, deve fazer parte da sua condição profissional sem mais, para desfazer o fardo do reles “ensinador”.

Na prática, se formos coerentes com qualquer proposta educativo-emancipatória, é preciso reconhecer que a dignidade do professor só pode ser elaboração própria, conquista própria.

Por outra, o professor também propende a instalar-se na rotina imitativa, razão pela qual é fundamental que produza sempre textos próprios, que devem aparecer em lugar destacado na biblioteca. Mais que isso, os professores precisam envolver-se em projetos curriculares de pesquisa, para surgir ocupação de espaço científico próprio.

O professor deve intervir de maneira à ajudar seus alunos a ultrapassarem suas necessidades, criando outras. Ajudando-os a ganhar autonomia, os discentes passam a distinguir a verdade do erro e a compreender as realidades sociais e conseqüentemente, sua própria existência.

Para possibilitar a construção do saber do aluno e do seu próprio saber, o professor deve ocupar um lugar que lhe é outorgado pelo outro, seu aluno, o lugar do suposto saber e não ser ele, o professor, o próprio saber, fato que impede o estabelecimento e relação de troca mútua.

✓



É fundamental que o professor se dê conta das significações inconscientes que atravessam o espaço da aprendizagem, pois a transmissão se dá também através do não-dito, do que não está nomeado, não está falado.

Ele precisa apropriar-se de seus próprios conhecimentos a partir de seu saber pessoal para então oferecer-se para o outro como agente possibilitador da construção.

Precisa reconhecer que a responsabilidade pelo processo de aprender é compartilhada, especialmente quando se refere a alunos adultos.

*“Se o professor não admite o saber do outro, o aluno para não causar problemas, pode apresentar o que Fernandez chama de aprisionamento da inteligência”.*

Fernandez (1992, p. 96)

Se o professor esconde o conhecimento através do “não-dito”, o aluno poderá entender que o conhecimento não pode ocorrer diretamente.

Mas, se o professor mostra claramente e vive o prazer de conhecer, possibilita ao aluno conectar-se com seu próprio desejo de aprender, escolhendo e selecionando de acordo com sua história, aqueles conhecimentos que poderão se articular ao seu saber.

*“A ação primeira do educador seria a de formar o ser humano, ajudar a incorporá-lo ao mundo, para que nele possa agir em função de transformá-lo e transformar a si mesmo”.*

Rodrigues (1996, p. 117).

Um professor com estas características pode identificar a universidade como um dos espaços de produção e circulação de conhecimento: um verdadeiro espaço educativo partilhado e interativo, estando então aberto às mudanças e atento, para a qualidade dos serviços que oferece.

Os professores universitários precisam aprender a articular com clareza seus propósitos, estabelecer objetivos, conhecer e aplicar técnicas de ensino e recursos auxiliares, e

prever mecanismos avaliativos condizentes com o processo percorrido, evitando deste modo, surgir com "receitas mágicas".

## 6.0. SOLUÇÕES PARA O ENSINO SUPERIOR E PARA O PROFESSOR UNIVERSITÁRIO – UM PARALELO


Colocarei aqui as soluções para que o Ensino Superior Brasileiro se torne um Ensino Superior de qualidade e o que achei viável dentre minhas leituras quanto à postura e atitudes relativas ao professor universitário, ressaltando que, bem sabemos nós, que este seria o ideal universitário, mas nossa realidade é outra.

*"Não deve haver um ensino centrado único e exclusivamente na figura do professor e nem tão somente no aluno, pois assim, é praticamente negar a relação pedagógica, pois não há nem aluno ou grupo de alunos que consigam aprender sozinhos ou professor que ensine para "o nada".*

Fountoura, 1999, p.53.

A Universidade precisa redescobrir seu caminho enquanto agência de produção e circulação de conhecimentos, por estar perdendo esta função para outras instâncias de divulgação, que caminham mais rapidamente e fazem uso de recursos mais interessantes e mais rápidas do que a característica tradicional da transmissão oral tão popular em nossas Instituições públicas de ensino superior.

A universidade tem de procurar coligações políticas, no seu interior e no seu exterior, que fortaleçam a sua posição na negociação dos termos da avaliação. Se tal suceder, a universidade terá provavelmente condições de fazer duas exigências que são fundamentais. Em primeiro lugar, que seja ela, em diálogo com as comunidades que lhe são mais próximas (internacionais, nacionais, locais), a decidir dos objetivos em função dos quais deve ser avaliada. Em segundo lugar, *"que a avaliação externa seja sempre inter pares, isto é, seja feita por gente da comunidade acadêmica capaz de distanciar-se do clientelismo de cada centro"* (Giannotti, 1987, p. 91).



Tal dificuldade é hoje particularmente gravosa, pois a universidade só pode ser uma força para o exterior se possuir uma força interior, e a democratização interna da universidade é a pré-condição da constituição desta força. No que respeita às coligações exteriores, a "torre de marfim" que a universidade também foi durante séculos é ainda uma memória simbólica demasiadamente forte para permitir à universidade a procura de aliados externos sem ver nisso uma perda de prestígio ou uma perda de autonomia. Por estas razões, tem sido difícil à universidade resolver esta dimensão marcante da sua crise institucional. E porque assim tem sido, dificilmente poderão manter controlados durante muito tempo os fatores que a vão agravando.

A criação de espaços de discussão das alternativas para as formas de ação do docente implementadas em nossas instituições atualmente é uma excelente alternativa.

As universidades deveriam fazer o possível para aprimorar a qualidade de seus programas, não só porque cabe aos estudantes e à sociedade arcarem com problemas prementes mas também porque a educação é importante por si mesma.

Professores, reitores, presidentes, todos optaram por dedicar suas vidas a educar os outros. Fizeram esse compromisso em virtude do respeito que têm pelo conhecimento e pelo desejo de aprender. Essas mesmas razões deveriam impeli-los a dar o melhor de si por seus alunos, possam ou não possam ser comprovados um dia os resultados práticos.

*"Como profissionais, eles (professores) devem esse esforço aos que pagam os salários que lhes permitem ficar de bem com a vida do magistério. Como intelectuais, deveriam ser os primeiros a ter fé na importância da educação. Se é aos docentes que cabe decidir, se aos jovens interessa ou não aprender a assimilar idéias importantes, a apreciar grandes obras da literatura ou a raciocinar com maior precisão, seria certamente ignóbil responder com algo menos que uma afirmação veemente."* -


Bok, Derek (1998, p.63)

Por um lado, é hoje evidente que a universidade não consegue manter sob o seu controle a educação profissional. A seu lado, multiplicam-se instituições de menores dimensões, maior flexibilidade e maior proximidade ao espaço da produção com oferta maleável de formação profissional cada vez mais volátil. Aliás, o próprio espaço da produção transforma-se por vezes numa "comunidade educativa" onde as necessidades de formação, sempre em mutação, são satisfeitas no interior do espaço produtivo.

Por outro lado, e em aparente contradição com isto, a mutação constante dos perfis profissionais tem vindo a recuperar o valor da educação geral e mesmo da formação cultural de tipo humanista. Em face das incertezas do mercado de trabalho e da volatilidade das formações profissionais que ele reclama, considera-se que é cada vez mais importante fornecer aos estudantes uma formação cultural sólida e ampla, quadros teóricos e analíticos gerais, uma visão global do mundo e das suas transformações de modo a desenvolver neles o espírito crítico, a criatividade, a disponibilidade para inovação, a ambição pessoal, a atitude positiva perante o trabalho árduo e em equipe, e a capacidade de negociação que os preparem para enfrentar com êxito as exigências cada vez mais sofisticadas do processo produtivo.

Um inquérito recente a empresários ingleses sobre as suas expectativas a respeito da formação universitária, sem surpresa, o inquérito revela que se espera que a universidade selecione os jovens mais capazes e lhes forneça alguns conhecimentos específicos. Mas, curiosamente, *"espera-se acima de tudo que a universidade os submeta a experiências pedagógicas que, independentemente do curso escolhido, criem flexibilidade, promovam o desenvolvimento pessoal e agucem a motivação individual"* (OCDE, 1987, p. 66).

Os recursos de que a universidade dispõe são inadequados para resolver a crise desta, uma vez que seus parâmetros transcendem em muito o âmbito universitário, mas têm sido até agora suficientes para impedir que a crise se aprofunde descontroladamente.



## 7.0. O MOVIMENTO DOS DOCENTES UNIVERSITÁRIOS NA DÉCADA DE 90

Depois de expostas as categorias nas quais se enquadra o Professor Universitário, neste Capítulo foi feito um Histórico do que foi o Movimento dos Docentes Universitários na década de noventa – seus objetivos, metas e intenções.

No Capítulo posterior, foi feita uma análise do Movimento dos Docentes Universitários bem como um paralelo entre este Capítulo e o Capítulo Segundo deste trabalho. Desta forma, foi enquadrada uma categoria de docente universitário ao momento da luta destes professores por uma melhoria das suas condições como cidadãos e mestres do Ensino Superior no Brasil.

Este acontecimento teve relevância não somente para os Professores Universitários como também para os políticos e a população em geral.

As transformações, propostas ou em curso, na área educacional e universitária, no Brasil e no mundo, respondem a duas ordens de problemas: a) a articulação do sistema educacional e universitário com a economia e a sociedade em geral; b) a estrutura interna do sistema educacional e universitário considerada em si mesma, como um ramo específico da produção, submetido portanto às exigências da lucratividade (lei do valor) e do equilíbrio fiscal do Estado, quando a educação faz parte do setor público.

### 7.1. Globalização e Despolitização

As tentativas de des-politizar e des-ideologizar o debate a respeito esbarram, portanto, na própria natureza do problema. Geralmente, os protestos contra a intromissão do “corporativismo acadêmico”, ou do “burburinho sindical”, no debate educacional, são expressões, conscientes ou não, da defesa das políticas e projetos dominantes, feita em nome de critérios “científicos” ou “eficientistas”, expurgados de qualquer ideologia. Ora, as idéias dominantes de uma época continuam sendo, mais do que nunca, as idéias da classe dominante: a condição, portanto, de um debate que vá fundo nos problemas é a explicitação dos critérios *políticos* das propostas, e do embasamento *social* (de classe) dos projetos.


A des-politização, marca registrada dos atuais projetos educacionais – que informa as propostas de reforma pedagógica, redimensionamento das universidades, avaliação, critérios de seleção discente e de escolha de dirigentes, financiamento da educação – é a expressão de uma política e de um projeto social que se julgam incontestes no cenário histórico e político. Segundo Paulo Renato (“homem do ano 2000”, de acordo com a revista “*Isto é*”), ministro da Educação, “o Brasil só conseguiu melhorar nessa área depois que abriu a economia. A competição acaba forçando a qualificação da mão-de-obra, e esta depende fundamentalmente da educação e do treinamento. Ou seja, só depois que foram eliminados os obstáculos políticos” (protecionistas) “concorrência global”, a educação brasileira pôde se incorporar à segunda, como fator de “globalização” do aparelho produtivo do Brasil, e também de “globalização” da própria educação.

Para que eu comece a expor o Movimento dos Docentes Universitários a partir da década de noventa, precisarei abordar também parte da década de setenta e oitenta para que se tenha uma visão maior das conseqüências no decorrer desta última década do século XX.

#### **8.0. ANDES – Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior – e a trajetória do sindicalismo nos últimos 20 anos**

Em 19 de fevereiro de 1981, reunidos no Congresso Nacional de Docentes Universitários em Campinas, 287 representantes de 60 Associações Docentes (ADs) de Instituições de Ensino Superior (IESs) brasileiras fundaram a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES).

A fundação da ANDES era conseqüência de articulações entre ADs que vinham se dando nos três anos anteriores. A caracterização desta nova entidade se faria, naquele Congresso de fundação, como sendo uma “Associação Nacional”, autônoma em relação ao Estado e às administrações universitárias, sem caráter político-partidário, para expressar as reivindicações e as lutas dos professores nos planos econômico, social, cultural e político, tanto em campanhas trabalhistas, como na defesa de uma política educacional que atenda às necessidades populares.



Naquela conjuntura, as lutas dos docentes universitários se somavam a uma retomada muito mais ampla das mobilizações sindicais brasileiras, sensível particularmente a partir das greves dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em 1978. A dinâmica desse processo levou os sindicalistas e os analistas do movimento operário a cunharem uma expressão – “novo sindicalismo” – que se generalizaria como adequada para definir a fase posterior do movimento sindical no país.

As oposições sindicais estruturadas a partir das bases (como no caso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo) e novas diretorias sindicais mais preocupadas em representar suas bases (como entre os metalúrgicos de S. Bernardo) acumularam, nos anos 1970, na fase mais repressiva da ditadura militar, a experiência de lutas pontuais e pouco divulgadas, mas fundamentais para a explosão de greves no fim da década.

### 8.1. Por que o novo sindicalismo?

A “novidade” se assentava na proposta de uma relação mais direta entre bases e lideranças, marcada pela presença de organizações por local de trabalho e pela mobilização das categorias para decidirem e encaminharem as lutas do sindicato; por “novas” formas de luta, com destaque para o resgate da importância das greves – 130 greves em 1978, 430 no ano seguinte e, após certo refluxo na conjuntura recessiva da virada da década, um crescimento vertiginoso no número de paralisações, iniciado com cerca de 400 greves em 1983 para atingir quase 4.000 paralisações em 1989; por apresentar demandas de natureza econômica mas que, na fase final da ditadura, significavam uma crítica direta à política do arrocho salarial, base importante das políticas econômicas dos militares, o que fazia com que o potencial político dessas reivindicações fosse muito maior que o de outras situações de greves por salários; novo, por fim, pela crítica que os novos sindicalistas dirigiam ao que consideraram ser o obstáculo principal às mobilizações da classe trabalhadora brasileira: a estrutura sindical corporativista, criada nos anos 1930, como estratégia de um Estado que procurou, ao mesmo tempo, reconhecer e controlar as associações representativas dos trabalhadores.

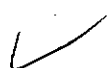
A estrutura sindical oficial baseava-se nos seguintes princípios: unicidade sindical – sindicato único por categoria e região; monopólio da representação – o sindicato representa

todos os trabalhadores independentemente de serem a ele filiados ou não; estrutura vertical – federações regionais de categoria e confederações nacionais de ramos reuniam os sindicatos, mas intersindicais de base local ou nacional não eram permitidas; e poder de intervenção do Ministério do Trabalho – que aprovava a criação dos sindicatos, definia o modelo de estruturação, através do Estatuto Padrão, e fiscalizava as formas de arrecadação e a natureza das despesas, contando ainda com o poder de intervir nas organizações sindicais, destituindo dirigentes eleitos e nomeando interventores.

Numa concepção corporativista, os sindicatos passaram a ser vistos como órgãos auxiliares do poder público, quase repartições do Ministério do Trabalho, fato comprovado por arrecadarem um imposto, o imposto sindical, cobrado de todos os trabalhadores, independentemente de serem filiados ou não aos sindicatos. Isto porque o Estado buscava ocultar seu conteúdo de classe, apresentando-se como um árbitro neutro, capaz de resolver os conflitos entre o capital e o trabalho pela via da mediação, representada principalmente pelo papel de uma Justiça do Trabalho, com poder normativo, ou seja um espaço legal definido como o único em que capital e trabalho poderiam negociar e celebrar acordos.

As críticas do novo sindicalismo ao modelo sindical da legislação brasileira foram radicais e pautavam-se por uma concepção que defendia a construção da unidade – não a unicidade – a partir das bases, em um regime de plena liberdade e autonomia de organização sindical. Para tanto, defendeu-se a assinatura da Convenção 87 da OIT (que estabelece para os países signatários o compromisso com a liberdade de organização sindical) e buscou-se quebrar na prática a estrutura, estimulando as organizações por local de trabalho, dinamizando e ampliando a participação das bases na vida sindical e criando uma organização intersindical de caráter nacional, capaz de unificar as lutas da classe trabalhadora. Em muitos pontos, em especial com a criação da Central única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, estas lutas contra a estrutura sindical foram fundamentais para a ampliação do espaço social e político da classe trabalhadora brasileira nos anos 1980.

Mas a CUT não era uma unanimidade. Nos encontros intersindicais que procederam a criação da CUT (em especial na Conclat de 1981 e na Comissão Pró-CUT que aquele encontro elegeu) ficou nítida a divisão entre dois blocos de sindicalistas que se apresentavam como oposição à ditadura militar. De um lado, a “unidade sindical”, constituída






pelos sindicalistas identificados com o PCB, e da qual se aproximavam os militantes do PCdôB e do MR-8, que defendiam um processo de articulação intersindical a partir da estrutura sindical oficial e entendiam que as reivindicações e lutas sindicais eram secundárias face à necessidade de garantir-se a transição democrática. De outro, os militantes ligados às direções sindicais "autênticas", aliados às Oposições Sindicais, que defendiam a construção da CUT "pela base". Diante dos impasses colocados no interior da Comissão Pró-CUT, o segundo grupo convocou o Conclat de 1983, em S. Bernardo do Campo, que acabou por fundar a Central.

Também na ANDES as disputas políticas se fizeram presentes. O debate que se fazia no interior do Movimento Docente mesclava a polêmica em torno das concepções políticas e sindicais que marcaram a construção das centrais com uma discussão mais específica sobre as particularidades dos professores universitários e as especificidades de seu ativismo.

Distinguiam-se, por isso mesmo, os grupo atuantes no interior da ANDES tanto pela sua identificação política-partidária/sindical, quanto pela discussão sobre se a Associação deveria pautar-se por uma postura mais propriamente sindical ou manter-se como organização "para-acadêmica", voltada para a discussão exclusivamente das políticas educacionais e científico/tecnológicas. Tais disputas, entretanto, foram secundarizadas nos primeiros processos eleitorais da entidade, entre 1981 e 1984. Em 1986, deu-se o primeiro processo eleitoral da Associação em que duas chapas disputaram as eleições. A constituição de uma maioria vitoriosa naquele pleito se fez duradoura o suficiente para que apenas dez anos mais tarde outra disputa eleitoral apresentasse mais de uma de chapa.

Esta particularidade explica, em grade parte, o lento processo de discussão que desabou na filiação da ANDES à CUT. Apesar de ter participado do Conclat de Praia Grande (em 1981), da Comissão Pró-CUT, a partir de 1982, e do Conclat de S. Bernardo de 1983, que fundou a CUT, a ANDES só se filiaria à Central em 1989. Argumentava-se que era preciso superar com cuidado as resistências tanto dos que se alinhavam às propostas do Conclat/CGT, quanto dos que entendiam que uma organização de professores universitários não deveria estar filiada a uma central sindical.



## 9.0. OS ACONTECIMENTOS NO DECORRER DOS ANOS 90


Quando, nos anos 1990, a polarização política no interior da entidade gerou novas disputas eleitorais, novamente se colocaram distinções que mesclavam opções político/sindicais com posições sobre as “especificidades” dos professores universitários e de suas formas de associação. Na década de 1990, entretanto, a ANDES como tal já não mais existia, tendo sido substituída pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), criado pelo Congresso Extraordinário de 1989, realizado no Rio de Janeiro.

O surgimento do Sindicato Nacional, possibilitado pela conquista do direito de organização sindical dos funcionários públicos – embora ainda nos marcos de um sindicato oficial – na Constituição de 1988, dá-se, no entanto, em uma conjuntura de refluxo das mobilizações sindicais brasileiras em geral.

### 9.1. O Sindicalismo brasileiro e o ANDES no refluxo dos anos 1990

De fato, os anos 1990 não permitem um balanço muito positivo do sindicalismo brasileiro. A escalada grevista dos anos 1980 foi interrompida logo no início da nova década. Foram 557 greves em 1992, 653 no ano seguinte, 1034 greves em 1994, 1056 em 1995 e, no ano mais agitado da década sob este aspecto, em 1996, 1258 greves, que se reduziram, em 1997, para 630 (dados do Dieese). Mesmo nos anos em que o número de greves foi elevado, a distância em relação aos momentos de maior mobilização da década anterior foi grande, também pelo fato de o número de trabalhadores envolvidos e do número de jornadas perdidas ter apresentado uma queda bastante significativa.

No interior dos sindicatos, a queda nos indicadores de sindicalização (e em muitas categorias no tamanho de suas bases), as dificuldades das direções em mobilizarem suas bases, problemas de sustentação financeira e as indefinições quanto às opções político-sindicais das lideranças são alguns dos indicadores de uma situação de refluxo que, com ênfase variada, passaram a ser vivenciados por diversas categorias, muitas das quais na ponta da década anterior.



Os motivos no refluxo são múltiplos e têm diversas origens. Neste texto tal processo é explicado por três níveis de problemas: as transformações no mundo do trabalho, decorrentes da chamada reestruturação produtiva; a permanência dos elementos centrais da estrutura sindical corporativista e as opções políticas das lideranças sindicais da CUT (Central Única dos Trabalhadores) num quadro marcado pelos condicionantes relacionados aos dois níveis anteriores.

### 9.1.1. Reestruturação e Sindicatos

Quanto ao processo de transformações no mundo do trabalho, identificado como reestruturação produtiva, o acúmulo de análises recentes tornaria repetitivas, para o intuito deste texto, considerações mais gerais. Apenas para fixar alguns elementos importantes para a seqüência da reflexão, destaco algumas características fundamentais do processo de reestruturação produtiva por que passam as economias capitalistas, em resposta a crise que se seguiu às três décadas de prosperidade do pós-guerra, citando especialmente as que afetam mais diretamente as relações de trabalho:

- a) A nova fase da internacionalização do capital, cuja fase mais visível é o capital financeiro especulativo, mas que é também marcada, no nível da produção, por uma integração em escala planetária do processo produtivo das grANDES empresas transnacionais;
- b) O encolhimento industrial, no que se refere ao percentual da população economicamente ativa empregada no setor secundário das economias de industrialização avançada (face uma ampliação do emprego em serviços) e à participação do setor na formação das rendas nacionais, embora em paralelo se venha dando a industrialização acelerada de outras áreas do globo;
- c) A introdução, com inédita rapidez e generalização, de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra;
- d) As mudanças nas técnicas de gerenciamento do trabalho e da produção, com incentivo à polivalência do operário, bem como o estímulo a novas formas de colaboração entre capital e trabalho no âmbito da empresa,


através de estratégias gerenciais de compromisso dos trabalhadores com o aumento da produtividade;

- e) Uma mudança na composição da classe trabalhadora, processo contraditório que significou, em alguns casos, um crescimento considerável das exigências de qualificação do trabalhador e em outros um retorno às formas mais selvagens de exploração da mão-de-obra infantil e mesmo do trabalho compulsório, acompanhados de um quadro geral de precarização das relações de trabalho.

Em decorrência das novas e precárias formas de contratação, em especial as causadas pela terceirização, pelas alterações no nível de qualificação e, principalmente, pelo desemprego dito estrutural, as mudanças no perfil da classe dos que vivem do próprio trabalho foram consideráveis. É equivocada a interpretação que deriva destas transformações conclusões sobre um possível fim da classe trabalhadora. Entretanto, a maioria da força de trabalho empregada nos serviços, a participação partidária das mulheres no mercado de trabalho, o grande número de pessoas que vivem entre o emprego e o desemprego (e entre mercado formal e informal de trabalho, entre trabalho em tempo parcial e integral etc.) são elementos que não podem ser desprezados do ponto de vista de uma mudança no perfil da classe.

Uma última característica significativa diz respeito, justamente, às alterações no papel do Estado. A reestruturação econômica fez-se acompanhar de um duro ataque a estas três áreas de atuação, com a chegada aos governos de dirigentes identificados com os projetos neoliberais, que se encarregaram de executar a privatização de empresas públicas, diminuíram a participação do Estado na regulação do mercado e cortaram direitos de seguridade.

Os impactos de tal processo sobre os sindicatos foram evidentes. Entre outros motivos porque: comparações internacionais de produtividade e novas propostas de "trabalho participativo", ou seja, de colaboração entre capital e trabalho, foram associadas à ameaça de desemprego, para conter as mobilizações; houve transferência de plantas para áreas de menor atividade sindical; desregulamentação do mercado de trabalho; encolheram os setores tradicionalmente estruturantes do sindicalismo operário típico, e tudo isto se refletiu em fragmentação das organizações e diminuição da filiação sindical, em várias partes do mundo.



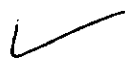
No caso brasileiro, este processo é mais visível nas áreas de maior concentração industrial, como no caso de São Paulo.

## 9.2. A Permanência da Estrutura

De outro lado, em relação às propostas apresentadas pelo novo sindicalismo nos anos 1980, o projeto de uma mudança da estrutura sindical, em direção à autonomia e liberdade plena de organização, foi frustrado. A Constituição de 1988 garantiu o direito de organização dos funcionários públicos, sacramentou a possibilidade de criação de centrais sindicais e, conquista mais importante, extinguiu o poder de intervenção do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos. No entanto, permaneceram a unicidade sindical, o monopólio da representação, o poder normativo da Justiça do Trabalho e o imposto sindical. Ou seja, mantiveram-se as bases fundamentais da estrutura sindical corporativista.

Durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, a pressão dos sindicatos foi fundamental para, apesar de toda a manobra dos conservadores reunidos no "Centrão", garantir a inclusão na Carta de novos direitos trabalhistas (como a redução da jornada, a regulamentação do trabalho em turnos, a licença-maternidade, entre muitos outros). Na discussão da estrutura sindical, entretanto, a capacidade de pressão dos sindicatos foi muito menor. Mesmo entre o sindicalismo cutista, que defendeu o fim da estrutura, foi possível constatar que o poder de mobilização neste caso foi bem mais reduzido que o apresentado nas votações referentes à legislação trabalhista.

Os limites impostos por essa permanência do sindicalismo oficial são sensíveis, por exemplo, nos momentos em que, apesar das estratégias variadas de pressão que os sindicatos possam vir a empregar, os resultados da negociação coletiva acabam por ser impostos pela Justiça do Trabalho. Da mesma forma, as organizações sindicais efetivamente representativas dos trabalhadores esbarram em antigos e novos sindicatos "em carimbo" (entidades sem representatividade que adquirem registro sindical e se apresentam para assinar acordos e a recolher imposto sindical) e em federações e confederações pelegas, cuja garantia de existência não está numa adesão das bases ou numa tradição de lutas, mas na legislação que atribui o monopólio da representação aos sindicatos reconhecidos pelo poder público. A permanência do imposto sindical é o fermento ideal para essas organizações sindicais que, se



dependessem apenas da contribuição espontânea dos pouquíssimos trabalhadores a elas filiados, tenderiam a desaparecer.


Dirigindo a atenção para o interior das organizações sindicais, é possível constatar que os limites impostos pela permanência da estrutura sindical também se fazem sentir no cotidiano. Décadas de sindicalismo controlado pelo Estado e de estímulo a um sindicalismo voltado apenas à prestação de serviços assistenciais acabaram por gerar grANDES e dispendiosas estruturas de serviços médicos, espaços recreativos e balcões de serviços, às quais recorrem diariamente milhares de trabalhadores que não encontram opção de atendimento em serviços públicos totalmente deteriorados.

Da mesma forma, a permanência do imposto sindical acabou reproduzindo, mesmo em muitas entidades com lideranças e trajetórias combativas, uma dependência em relação a este dinheiro arrecadado compulsoriamente junto à categoria. Dependência que, embora tenha diminuído consideravelmente na maioria dos sindicatos cutistas, ao longo dos anos 1980 e 1990, continua significativa para muitos sindicatos que, mesmo nesse campo, mantiveram grANDES estruturas assistenciais ou sofreram recentemente, como consequência da reestruturação, uma queda significativa de filiados.

Isto para não mencionar a cultura sindical que esta estrutura gera, estimulando o aparecimento de dirigentes mais preocupados em manterem-se à frente dos "aparelhos", desenvolvendo uma espécie de "carreira" sindical, do que em representarem efetivamente suas bases através da delegação conferida pelos mandatos sindicais.

Assim, a permanência da estrutura sindical acabou criando uma situação paradoxal. Os governos Collor e agora FHC "ameaçam" o movimento sindical com bandeiras que o novo sindicalismo brandia com vigor nos anos 80, como o fim da unicidade e do imposto sindical. Obviamente que com objetivos diversos.

A reforma da estrutura sindical proposta em fins de 1998 pelo governo FHC instituiu a pluralidade sindical e acaba com o imposto. Mas também sob o controle da Justiça do Trabalho definir qual sindicato será considerado representativo para fins de negociação e contratação coletiva. Quer dizer, libera a criação de sindicatos, mas mantém o controle do



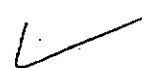
Estado na definição de com qual deles o empresariado celebrará acordos, invertendo o princípio básico de um regime de liberdade de organização sindical, em que representatividade dos sindicatos depende do número de filiados e de sua capacidade de mobilização. O objetivo do governo já se explicitou em vários momentos. Trata-se de fomentar o sindicato por empresa, parceiro do empresariado – por adesão ou por pressão – na busca do aumento da produtividade e da lucratividade.

Observa-se, portanto, um quadro de condicionantes extremamente negativos para o movimento sindical brasileiro, advindo tanto das conseqüências do processo de reestruturação produtiva, quanto das especificidades oriundas da manutenção das bases da estrutura sindical corporativista.

### 9.3. As Opções das Direções

Frente a este quadro de condicionantes, não há porque supor que as lideranças sindicais estivessem diante de uma única alternativa. Possibilidades diferenciadas de resposta sempre existem e os debates no interior da CUT demonstram que a “via única” é questionada por setores significativos da Central. Analisando, entretanto, a posição que tem dominado os encaminhamentos da CUT e de alguns dos sindicatos mais representativos a ela filiados, ao longo dos anos 1990, é possível constatar a predominância de uma concepção que atribui às transformações em curso na economia capitalista um caráter de inevitabilidade.

Em relação à estrutura sindical, os projetos defendidos na formação da Central, de unificação das lutas e das entidades sindicais por ramos de atividades econômicas, sofreram mudanças para dar lugar ao debate, dos anos 90, da proposta do “sindicalismo orgânico”, apresentada pelo grupo que detém a maioria da direção cutista, que seria mais tarde superficialmente reformulada e (re) apresentada como proposta dos “sindicatos nacionais”. As críticas a ela centraram-se na constatação de que a nova estrutura proposta pelo grupo majoritário na direção da CUT acabaria com a concepção de sindicato como frente única de trabalhadores, optando pelo modelo europeu dos sindicatos ideologicamente afinados com a Central a qual se filiam. Ressaltou-se também que a nova proposta representaria, se efetivada, um controle centralizado de uma direção da CUT sobre os sindicatos a ela filiados, ampliando

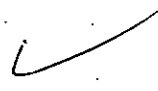


o fosso entre lideranças e bases e obstruindo os canais de democracia interna na Central, arduamente construídos pelo movimento.

Não há dúvidas de que a filiação de que CUT à CIOSL, em 1992, e a aproximação de dirigentes da Central com as centrais sindicais européias de orientação social-democrática têm tido forte influência sobre a opção por tal modelo sindical. Mas as mudanças, no que diz respeito à organização e democracia interna CUT, já estavam em curso desde o seu III Congresso, de 1988, em que os estatutos da Central foram modificados de forma a ampliar o espaço de tempo entre os Congressos e diminuir o peso da participação de representantes de base e oposições sindicais, ampliando o papel dos dirigentes sindicais na tomada de decisão da central. Relembre-se que este foi o ponto de discórdia principal entre os que fundaram a CUT e os que acabaram na CGT, entre 1981 e 1983. O resultado mediu-se três anos depois. Enquanto no Congresso de 1988 estiveram presentes 50,8% de delegados de base e 49,2% de dirigentes, em 1991, no 4º Concut, o percentual de dirigentes delegados tinha subido a 83% contra 17% de delegados de base. Tal virada deu-se, portanto, antes do impacto maior da reestruturação produtiva e em paralelo à aprovação da permanência da estrutura sindical na Constituinte. Em seguida, a direção majoritária da Central, aprovou, na Plenária Nacional de 1992, a mudança de sua organização vertical, substituindo os Departamentos nacionais e estaduais pelas Federações (estaduais e regionais) e Confederações Nacionais cutistas, que podiam ser criadas a partir dos Departamentos – como ocorreu com os Metalúrgicos que puxaram o processo – ou podiam ser as próprias Confederações da estrutura sindical oficial, caso da CONTAG.

Em relação ao impacto da reestruturação produtiva, por outro lado, os setores majoritários entre as direções sindicais cutistas concebem que, aos trabalhadores, cabe proteger-se destas mudanças irreversíveis em especial, proteger seus empregos frente a um quadro de desemprego estrutural que impediria reações mais radicais. No extremo, chega-se a apontar a reestruturação como uma etapa que pode vir a ser positivada pela intervenção dos sindicatos, através do caminho da negociação da pactuação com os empresários capitalistas.

No 6º Concut, de 1997, a tradição das teses por tendência foi substituída por um caderno com uma tese única da Direção Nacional da CUT. Apresentou-se aí, portanto, de forma mais direta, o entendimento da maioria dos dirigentes cutistas sobre a questão da





reestruturação através de uma proposta sobre o tema em que a preocupação maior era nitidamente afirmar a estratégia da negociação nos termos do capital como a única possível. Assim, afirma-se que a Central “não se opõe à inovação tecnológica organizacional ou, em linhas gerais, à modernização industrial...”. Com dubiedade, comentava-se, em seguida, que “é preciso que se reconheça que crescente incapacidade do setor produtivo em gerar empregos e incorporar parcela do enorme contingente de excluídos do setor formal não deve somente à crescente difusão de inovação tecnológicas”. A conclusão, ao arrepio de todo o acúmulo de discussão no interior do movimento sindical e na mesma linha do discurso empresarial, é a de que o desemprego é gerado também porque há pouca modernização no Brasil. Assim, a referida incapacidade empresarial de gerar empregos estaria também associada “ao fato de que uma parcela significativa desse setor produtivo não tem sido capaz de se reestruturar e modernizar. (...) Dessa forma, a atitude sindical frente à reestruturação produtiva e à modernização tecnológica deve ultrapassar os preceitos da aceitação passiva ou da recusa a qualquer iniciativa das empresas em promover mudanças.”

Através deste discurso, opera-se um deslocamento no sentido da avaliação tradicional que o movimento acumulou, de que o fechamento de empresas em um processo de abertura econômica é fruto da oligopolização da economia (tendência à concentração de capitais) típica da lógica capitalista, para afirmar-se que é uma incapacidade de modernizar-se, supostamente técnica, que leva ao fim de certos setores da produção. As propostas seguem afirmando que a recusa sindical à inovação mostrou-se, nas experiências internacionais, um facilitador das estratégias patronais de cooptação dos trabalhadores e exclusão dos sindicatos.

Em seguida introduz-se a palavra chave: negociação. Mas, o interessante é que isto se faz não pela afirmação da importância da negociação, mas pela negação das propostas a ela contrárias: “A simples afirmação de tais negociações são sempre uma forma de cooptação dos trabalhadores para o projeto da empresa não dá conta da complexidade desse processo e pode criar um distanciamento entre os trabalhadores e a orientação dos sindicatos”.

As deliberações dos fóruns de decisão da CUT orientam e espalham ações sindicais concretas. É possível localizar, em vários episódios recentes, manifestações típicas desta virada na postura de sindicatos e sindicalistas identificados com a CUT. Como nos acordos fechados no ABC paulista, nos últimos anos, entre o Sindicato dos Metalúrgicos e as

→ grANDES montadoras de automóveis, sob o peso das ameaças de demissão. Lá, no berço do novo sindicalismo, o sindicato acabou por fechar acordos em que aceitou ampliação do controle empresarial sobre a jornada de trabalho (via ampliação das horas-extras não remuneradas – “banco de horas”); redução de salários (primeiro indiretos, depois diretos); e política de incentivo às demissões e fechamento de postos (via planos de demissão voluntária).

Os trabalhadores, organizados em grande medida a partir das comissões de fábrica, demonstraram disposição de resistir, como na Volks e na Ford na virada de 1998 para 1999. O Sindicato, porém, não propôs mobilizações do conjunto da categoria (que marcaram sua trajetória entre o fim dos anos 1970 e a década de 1980), aceitando o modelo de negociação por empresa, em tudo interessante às grANDES montadoras. E se tudo foi justificado sob o argumento de manter empregos, o fato é que postos de trabalho continuam sendo irremediavelmente fechados nas indústrias automobilísticas da região. ←

No primeiro semestre de 1999, a grande bandeira política dos líderes sindicais do ABC foi a diminuição dos impostos incidentes sobre a produção e comercialização de veículos. Ou seja, para supostamente defender empregos, tais lideranças apontam como saída a preservação dos altos patamares de lucratividade das empresas, ainda que a custo de compensar a queda conjuntural da demanda por automóveis novos com uma redução da arrecadação de impostos que, teoricamente, deveriam beneficiar o conjunto da população, através de serviços públicos. A isto chamam “sindicato cidadão”.

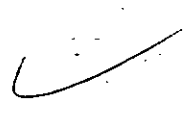
É certo que o desemprego pode ser apontado como um fator estrutural importante para explicar uma alteração de linha de atuação do sindicalismo cutista no ABC em direção a fórmulas pactuadas de relacionamento com o capital, em contraposição aos caminhos mais combativos de atuação, experimentados na década anterior. Mas, se o desemprego criou o ambiente, não pode ser considerado a única causa da mudança de postura dos sindicatos. Em especial porque as lideranças continuam a apresentar suas posturas, muitas de resultados duvidosos, como avanços e conquistas. Neste caso, é preciso recuar um pouco mais no tempo em direção aos primeiros momentos em que esta mudança de rumos das lideranças se manifestou de forma mais clara.

←

Quanto à ênfase na negociação com o capital, o ponto de inflexão foi o chamado “acordo das montadoras” negociado da Câmara Setorial do Setor Automotivo, em 1992 “primeira versão” e 1993 até hoje invocado como modelo de solução positiva pelos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Aquele acordo previa redução da margem de lucro empresarial, redução dos preços dos veículos mais baratos, modernização dos parques industriais, limitação das reivindicações salariais à reposição da inflação passada e manutenção (ou ampliação) dos postos de trabalho. A chave do acordo, porém, residia na participação do Estado (nas esferas federal e estadual), que assumia uma redução do imposto sobre produção industrial (IPI, arrecadado pelo governo federal) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, arrecadado pelos governos estaduais). Ao fim do período de vigência do acordo, o desemprego continuava a crescer nas montadoras do ABC.

Em relação às políticas neoliberais de desmonte dos serviços públicos, a postura de negociação foi ainda mais longe, como passou a ficar mais evidente após o episódio do “acordo da Previdência”, no início do ano de 1996. Naquele momento, o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, apresentou-se para negociar como o Executivo e líderes do Legislativo um acordo em torno da reforma da Previdência. O que estava em discussão era a proposta de reforma do sistema previdenciário que o Executivo apresentara ao Legislativo ainda no 1º semestre de 1995 e cujas bases seguiam um modelo discutido em diversos países, de redução dos benefícios e aumento tanto da contribuição dos trabalhadores quanto do número de anos que devem trabalhar para poderem se aposentar. Vicentinho priorizou negociar os interesses imediatos dos trabalhadores organizados do setor privado, garantindo a “aposentadoria proporcional”, mas referendando o fim da aposentadoria integral para o funcionalismo público e abandonando qualquer preocupação maior com o enorme contingente de trabalhadores precarizados, ao aceitar a tese da aposentadoria por “tempo de contribuição”, em substituição ao modelo do “tempo de serviço”. Chama a atenção o fato de Vincentinho ter-se sentado à mesa para negociar um mês depois de na França uma grande greve nacional de trabalhadores da área de transporte e serviços públicos ter parado o país e sustado a discussão de um projeto semelhante de reforma da seguridade social.

Resta, entretanto, constatar que tal processo de recuo sindical também atingiu o ANDES-SN.



## 10. AS RESPOSTAS DO ANDES-SN NA ATUAL FASE DO SINDICALISMO BRASILEIRO

As respostas do ANDES-SN à inflexão do sindicalismo cutista foram bastante incisivas e, até 1998, se traduziram em ações concretas de enfrentamento. Em fevereiro de 1996, por exemplo, no Congresso de Santa Maria, os delegados docentes presentes aprovaram uma carta com duras críticas à direção da CUT pela participação nas negociações em torno da reforma da Previdência. Nela, escreveram os delegados presentes ao Congresso: "Queremos frisar que em nossa opinião é inconcebível, para uma entidade classista como a CUT, negociar perdas de direitos. Essa é a razão do verdadeiro terremoto que aconteceu na base da CUT devido à divulgação do suposto acordo". Naquele mesmo Congresso, aprovou-se uma resolução de abertura de discussão sobre o "sindicato orgânico", com uma avaliação preliminar crítica em relação àquele modelo: "A direção da ANDES-SN e das Ads-Ssind., face à gravidade da situação e frente às resoluções da 7ª Plenária da CUT em relação à centralização de finanças e ao sindicato orgânico, por considerar que estas iniciativas não são capazes de fazer frente aos desafios do neoliberalismo, deverão tomar a iniciativa de conversar com as diferentes posições representativas da Central. A necessidade de trabalhar ativamente no interior da Central ampliou-se com o recente episódio do "acordo da previdência".


O texto de apoio apresentado pela Diretoria do ANDES-SN àquele Congresso ressaltava, no ponto, sobre o sindicalismo orgânico, a mudança de concepção sindical embutida na proposta e destacava a origem da ANDES na concordância com os princípios de organização sindical cutista, autônoma, democrática, epal base, que estavam agora ameaçados: "O problema está exatamente em que, no momento mesmo da transformação em SO, o sindicato de base passa a ser uma instância da CUT e, portanto, tendo sua autonomia e liberdade limitadas. Aqui se coloca com clareza a questão da democracia. O processo de modificações estatutárias da CUT veio nos colocando diante de um processo complexo de privilegiamento das instâncias de direção em detrimento do controle democrático das bases".

Também a nova estrutura vertical da CUT não recebeu o respaldo do Sindicato, que posicionou-se, naquele mesmo evento, pela manutenção do Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação (- DNTE).

Em seu Congresso seguinte realizado em João Pessoa, em 1997, o ANDES-SN reforçou os encaminhamentos de unidade com o funcionalismo público federal e os trabalhadores em educação e decidiu: "Rejeitar a proposta de implementação de sindicalismo orgânico, trabalhando na perspectiva de que o 6º Concut reveja a posição da Central sobre sindicato orgânico, na direção da recuperação da estrutura sindical horizontal, democrática e autônoma que deu origem à CUT, fazendo com que essa se transformasse na única central representativa dos trabalhadores no campo classista; reforçar o princípio de que o sindicalismo autônomo e classista deve lutar contra toda política de pacto social, qualquer que seja o nome que ela venha a adotar."

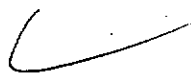
Em Fortaleza, o Sindicato posicionou-se ainda contrariamente às propostas de reforma sindical do governo e votaram-se resoluções em termos ainda mais precisos sobre o processo de discussão do modelo sindical cutista: "Reafirmando deliberações congressuais anteriores, a ANDES-SN deverá articular-se, no interior da CUT, com as forças que se mantêm defendendo um sindicalismo autônomo, classista e comparativo; apoiar, no interior dos fóruns da CUT, as propostas que se opõem ao modelo de estrutura sindical centralizada e burocratizada, antes conhecido como "sindicalismo orgânico" e hoje apresentado, no debate interno da Central, como proposta de "sindicatos nacionais".

Tais respostas se fizeram acompanhar de uma prática de combatividade, demonstrada, por exemplo, nas lutas conjuntas com o funcionalismo público federal e os trabalhadores de estatais (como na greve dos petroleiros de 1995), bem como nas mobilizações específicas dos docentes. Muitas dessas lutas traduziram-se em greves, como as mais recentes do setor das federais, em 1996, 1998 e 2000 e as diversas greves de estaduais, cujos resultados materiais foram pouco significativos quando comparados aos avanços da década anterior. Foi impossível conter a depreciação salarial e os poucos ganhos econômicos vieram acompanhados de duras perdas em termos de projeto de Universidade, como ocorreu com a criação de uma gratificação atrelada a contabilidades produtivistas de tarefas (a GED) no setor das federais – perda ainda mais grave porque endossada pela direção nacional do Sindicato que assumiu em meio à greve de 1998. Há, entretanto, que se ressaltar a importância política de tais movimentos para a defesa do projeto de Universidade que o movimento docente construiu e para a manutenção de um horizonte classista e combativo num setor importante do sindicalismo brasileiro.



O ANDES-SN, neste novo momento, não estava descolado, como nunca esteve, do conjunto do movimento sindical brasileiro, ainda que tenha se constituído num espaço de resistência avançado ao puxar greves contra o governo FHC e seus projetos neoliberais para o Estado e as Universidades. Isto ficou mais evidente quando em 1998, a direção do Sindicato foi conquistada por um setor que passou a defender a mesma postura de negociação pactuada que tem dominado a direção da CUT. É verdade que com especificidades, pois, assim como na construção da ANDES em inícios dos anos 1980, a composição que conquistou a direção do sindicato naquele momento se apresentou não apenas em torno da filiação às propostas partidário / sindicais, mas também em função de uma suposta representação da "maioria silenciosa" dos professores universitários que estariam mais preocupados com as questões acadêmicas e menos dispostos à luta sindical.

O peso da reestruturação no Estado e dos processos de privatização das práticas internas (com as fundações, as consultorias, etc.), precarização do trabalho (com a proliferação de contratações precárias e de substitutos) e fragmentação pelo qual as Universidades Públicas estão passando ajuda a entender em que condições ocorreu tal recuo no interior do ANDES-SN. Porém, para manter-se à frente do Sindicato, efetivando sua postura de atuação conformada à ordem, tal direção teve de entrar em choque com instâncias de deliberação e com uma cultura sindical de democracia interna e respeito às decisões de base que o ANDES-SN construiu, exatamente por construir-se em clara oposição à estrutura sindical corporativista. Identificando-se com o projeto majoritário no interior da CUT, com os "gestores" das universidades conformados aos ditames do MEC e dos organismos financeiros internacionais e apostando no apoio daqueles segmentos docentes que não se sentiam contemplados pelo Sindicato, aquele grupo não conseguiu perpetuar-se à frente do Sindicato, perdendo as eleições seguintes, em 2002, para uma composição de forças que apresentou-se com as bandeiras de oposição a esta virada sindical, em consonância com as deliberações congressuais do ANDES-SN nos anos 1990.



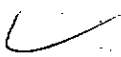
## 11. QUE SINDICATO PARA AMANHÃ?

Como enfrentar a reestruturação, mantendo a perspectiva autônoma e classista que marcou o sindicalismo brasileiro nos anos 1980? Como resistir às reformas da estrutura sindical propostas pelo governo FHC e ao modelo fracionador do sindicalismo por empresa, superando também o sindicalismo corporativista, que já resistiu a duas ditaduras e duas “redemocratizações”? Como retomar o perfil classista e combativo da CUT, tão necessário em um momento como o atual?

São, certamente, perguntas de difícil resposta. Já há, no entanto, algum acúmulo de discussões que permitem esboçar alguns caminhos.

No plano mais amplo, é indispensável ter em conta que, no atual estágio da internacionalização do capital, respostas sindicais nacionais terão sempre um papel restrito. Se a estratégia empresarial visa criar um clima de competitividade entre os trabalhadores da mesma empresa ou do mesmo ramo produtivo nas mais diferentes regiões do mundo, em busca dos níveis mais altos de produtividade e de um sindicalismo mais dócil, uma contrapartida sindical se impõe e tem sido, ainda que timidamente, esboçada: a reatualização da antiga palavra de ordem do internacionalismo operário.

Por outro lado, a importância para a atual etapa da acumulação capitalista da constante introdução de novas tecnologias, equipamentos e técnicas gerenciais no processo produtivo obriga os sindicatos a aprofundarem seus conhecimentos sobre tais inovações e a buscarem estabelecer limites à sua implantação. O mais difícil, entretanto, é fazer isto sem aderir aos chamados para a parceria com o capital. Tais chamados têm justificativas variadas – manter a produtividade elevada para garantir competitividade em um mundo globalizado e pressionar pela garantia de privilégios fiscais para as empresas que compensem as dificuldades econômicas são exemplos – mas utilizam-se sempre de um argumento de força: o lucro da empresa é a única garantia do emprego de seus trabalhadores. Trata-se de um argumento forte em tempos de desemprego estrutural. No nível da empresa ou da categoria será difícil responder-lhe adequadamente e a unificação das lutas torna-se um imperativo.



Para os "trabalhadores do Estado", cujas garantias trabalhistas, como a (hoje perdida) estabilidade do emprego, pareciam ser maiores, o desafio é análogo. Mas, trata-se, ao mesmo tempo, de garantir empregos e direitos e de evitar uma desresponsabilização mais ampla do governo com os serviços públicos. O que confere à luta desses setores, professores universitários aí incluídos, um papel ainda mais estratégico para a resistência da classe trabalhadora como um todo. Por isso, novas posições têm de ser tomadas de forma a garantir o alargamento da base social de apoio aos sindicatos do setor de serviços, em especial no caso dos serviços públicos, onde as políticas de desobrigação do Estado têm não só desmontado as estruturas de seguridade social, como atacado os servidores e suas entidades representativas, apresentando-os como representantes de privilégios contrários aos interesses da população.

Já a perda de filiados e a nova fragmentação da classe obrigam o movimento sindical a formular estratégias inclusivas, de representação dos interesses dos terceirizados, precarizados e desempregados. No que diz a respeito aos docentes universitários, hoje fragmentados pela generalização da contratação temporária, pelas aposentadorias em massa e pela estratégia de cooptação inclusa nas propostas hierarquizantes do governo para as Universidades (Pronex, GED etc.), tudo agora ampliado pela possibilidade de regulamentação da criação de um quadro docente contratado pela CLT nas federais, o desafio para a reconstrução das bases de representatividade das políticas sindicais, como as que existiram no ano de 1980, é bastante amplo.

É necessário para o MD reatualizar, nas práticas e nos discursos, a postura combativa, combinando, como fez em parte de sua trajetória, as demandas econômicas dos professores com os projetos de Universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente comprometida com os trabalhadores.

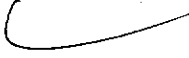
Quanto à permanência da estrutura sindical corporativista, faz-se mais necessário do que nunca resgatar a concepção sindical que esteve na origem das grANDES mobilizações identificadas com o novo sindicalismo. Organização pela base, construção do sindicalismo por ramo de atividade, democracia interna e solidariedade intersindical são princípios cada vez mais atuais. Cabe, portanto, resistir às propostas do governo de reforma na legislação sindical, que objetivam fragmentar e controlar ainda mais os sindicatos, avançando na definição de princípios e práticas de uma organização sindical autenticamente cutista. Por isso



mesmo, devemos discutir seriamente propostas como a da unificação de entidades do mesmo ramo – superando a extrema fragmentação hoje existente; a de proporcionalidade nas direções – garantindo representatividade e unidade nos sindicatos cutistas, em especial se superada a unicidade sindical; e a de um modelo de organização vertical completamente autônomo em relação à estrutura sindical de matriz corporativista. A garantia da democracia interna, em todos os níveis e, em especial, entidades como o ANDES-SN, que se construíram em torno da crítica à estrutura sindical oficial, é a base para tal resgate. Por isso mesmo, a proposta dos “sindicatos nacionais” (antes “orgânicos”) não contribui para esta transformação.

O processo de reestruturação produtiva caminha em paralelo ao seu complemento político: a efetivação pelo Estado das propostas neoliberais. Por isso mesmo, tomados isoladamente os sindicatos não terão condições de inverter a lógica atual. No campo da política, o papel principal para a reversão desta lógica pertence aos partidos identificados com a classe trabalhadora (e aí também os recuos têm sido significativos). Mas os sindicatos são e devem continuar sendo espaços importantes de construção e discussão de alternativas políticas, razão pela qual devem evitar o raciocínio que indica caminhos específicos para categorias específicas e atuar no sentido de construir projetos alternativos que respondam pelos interesses dos trabalhadores em um plano político mais geral. Projetos que só podem ser levados adiante a partir de grANDES mobilizações. Se as categorias isoladas encontram graves dificuldades em enfrentar um quadro conjuntural desfavorável, impõem-se a unificação das lutas contra o governo e a ofensiva empresarial. São diretrizes que neste momento se tornam incompatíveis com a linha que vem sendo defendendo pela direção da CUT, o que leva a uma outra necessidade, a da substituição dessa direção.

A dimensão dos desafios não nos devem fazer recuar. As lutas da classe trabalhadora já desmentiram, em várias oportunidades históricas, a cantilena dos arautos do fim da classe, fim dos sindicatos, fim da história, esgotamento das possibilidades, enfim, da transformação social radical. Tratemos de construir, também nós hoje, as condições para outros desmentidos.



## 12. CARACTERIZAÇÃO DE UMA CATEGORIA AO MOVIMENTO DOS DOCENTES UNIVERSITÁRIOS

Após a leitura dos Capítulos III e VII, podemos traçar uma categoria de Professor Universitário no decorrer dos anos da década de noventa.

Este Movimento dos Docentes não somente envolveu professores, como também trabalhadores de todo o Brasil.

Podemos dizer que foi uma reviravolta nas mentes das pessoas que passaram a reivindicar seus direitos como cidadãos.

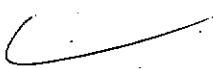
Foi um acontecimento que causou muita mobilização e portanto, coloco aqui a caracterização de Giroux, quando atribui a categoria de **PROFESSOR INTELECTUAL TRANSFORMADOR** ao Professor que luta pelos seus ideais para transformar a realidade e para fazer as pessoas refletirem e analisarem criticamente o mundo que as cercam.

Coloco aqui novamente uma citação deste autor, que está como a epígrafe deste trabalho:

*“É importante enfatizar que os professores devem assumir responsabilidade ativa pelo levantamento de questões sérias acerca do que ensinam, como devem ensinar e quais são as metas mais amplas pelas quais estão lutando”.*

GIROUX, 1997, p. 161

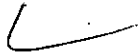
O Professor Intelectual Transformador nada mais é do que aquele que atua frente a questões sérias, está pronto a enfrentar desafios, procura estar sempre se reciclando, se aprimorando, inovando não somente dentro do espaço da sala de aula mas, principalmente, revendo suas idéias e ideais.



Este profissional exercita sua cidadania, se envolve politicamente, coloca sua opinião e ouve as pessoas que estão ao seu redor.

Enfim, não se considera como um ser "ensinante" apenas e está sempre pronto a erguer a bandeira da justiça social, igualdade e democracia para todos.

**TODOS OS PROFESSORES DEVERIAM TER EM SUA CONSCIÊNCIA  
O QUE É SER UM DOCENTE INTELLECTUAL TRANSFORMADOR. ASSIM, AS  
CONDIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL, COM CERTEZA SERIAM  
DIFERENTES.**



### 13. CONCLUSÃO

Podemos perceber ao final da leitura desta Monografia: "O PROCESSO IDENTITÁRIO NO MOVIMENTO DOS DOCENTES UNIVERSITÁRIOS" que existem categorias nas quais cada docente se enquadra.

Alguns podem até possuir características não somente de uma categoria, mas de duas ou mais delas.

Este trabalho tentou mostrar como os Docentes Universitários possuíram e possuem a capacidade de transformar as atuais questões sobre o Ensino Superior no nosso país e que reivindicar pelos seus direitos é condição *sine quais non* para uma melhoria nas condições não somente da Universidade como também da sociedade que está envolvida ora direta ora indiretamente neste contexto.

Foi uma luta tanto no plano econômico, social, cultural e político além de campanhas trabalhistas, defendendo uma política educacional que atendesse às necessidades populares.

→ Anota as lutas das necessidades e transformações da realidade

Eu finalizo este trabalho colocando que eu não sou a favor das lutas, mas infelizmente, em nosso país, nosso povo que na sua maioria é carente, é injustiçado.

Portanto, quando há injustiça, não há mais nada a fazer a não ser continuar lutando para que pelo menos se transforme a realidade.

Volto à questão do Professor Intelectual Transformador, o qual é a categoria do Movimento dos Docentes Universitários da década de noventa.

MAS AÍ EU QUÊSTIONO: SER INTELECTUAL OU NÃO SER INTELECTUAL...

O QUE É INTELECTUALIDADE, O QUE É INTELECTO?

SABEM DE UMA COISA?

✓

Recorri ao dicionário que define:

*in.te.lec.tu.al* *adj* Pertencente ou relativo à inteligência. *s m + f* 1 Pessoa dada ao estudo. 2 Pessoa de grande cultura literária.

*In.te.lec.to* *sm* 1 Entendimento, inteligência. 2 Faculdade de compreender. 3 Conjunto das faculdades intelectuais. Ver: intelectualidade.

ANTES DE QUERER SABER E COMPREENDER O QUE É SER INTELECTUAL,  
NOSSO POVO PRECISA TER UMA EDUCAÇÃO DIGNA, ESTUDAR PARA  
GARANTIR UM FUTURO DECENTE, CONTINUAR LUTANDO PARA MELHORES  
CONDIÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA, AÍ SIM, QUEM SABE AS PESSOAS SABERÃO O  
QUE É SER UM INTELECTUAL...

ANITA MERCANTE



Direita:  
Mural com cartaz do  
Congresso - Florianópolis,  
fev/1982



À esquerda:  
delegados  
votando no  
I Congresso -  
Florianópolis,  
fev/1982

À direita:  
auditório do I Congresso - Florianópolis, fev/1982

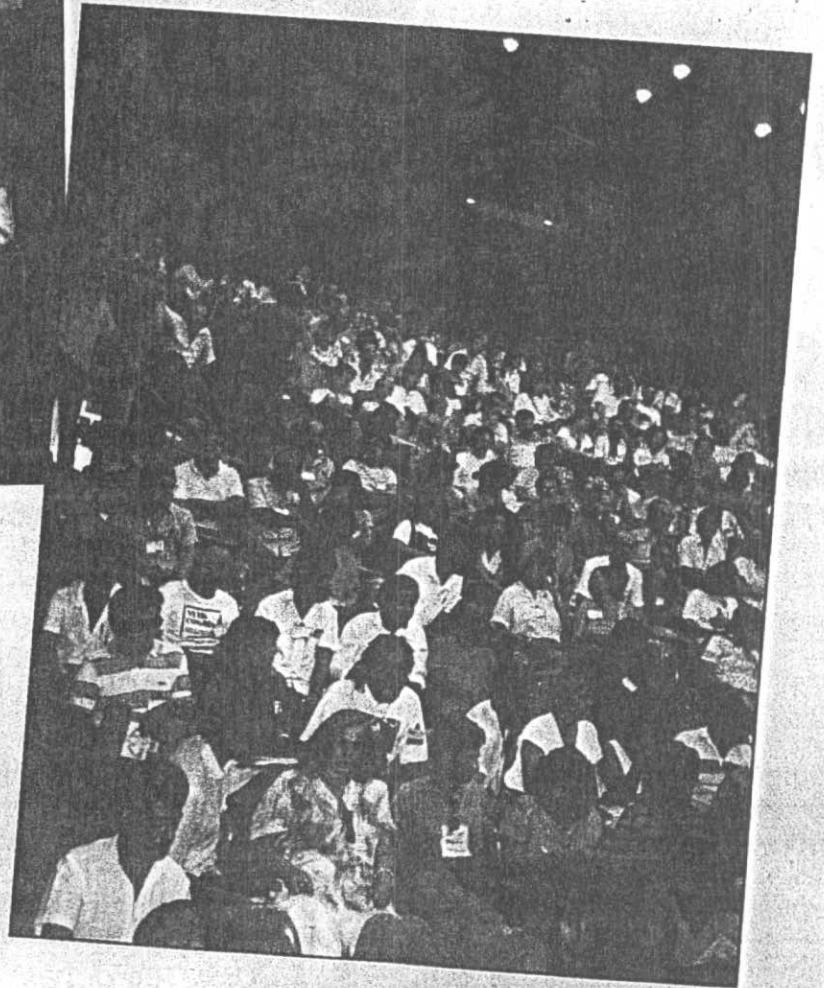


À esquerda:  
participantes do I Congresso -  
Florianópolis, fev/1982

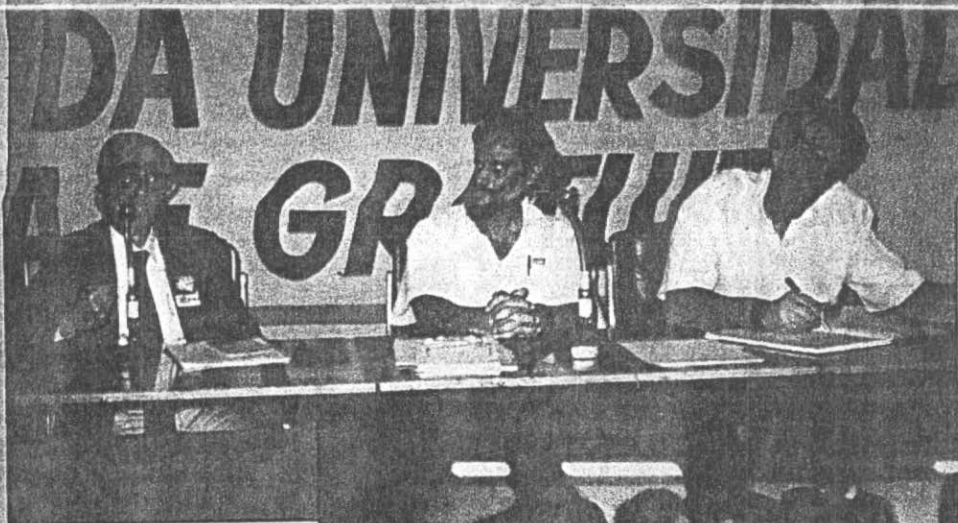
À direita:  
XVI CONAD - set/1987  
em São Luís do MA



À esquerda:  
Antonio Candido em discurso  
na greve das estaduais  
paulistas em 1988



À direita:  
Nasce o Sindicato Nacional:  
plenária do II Congresso  
extraordinário, nov/1988, UERJ



À esquerda:  
Florestan Fernandes em  
atividade no ANDES-SN.  
(maio/1991)

À direita:  
Diretores no XVII  
CONAD. Porto  
Alegre, jun/1988



À esquerda:  
ANDES-SN presente no  
CONFASUBRA, fev/1991

Abaixo:  
X Congresso. Curitiba, 1991: Filiação  
do ANDES-SN à FISE e CEMOP





À direita:  
Plenária do XI Congresso. Cuiabá, 1992

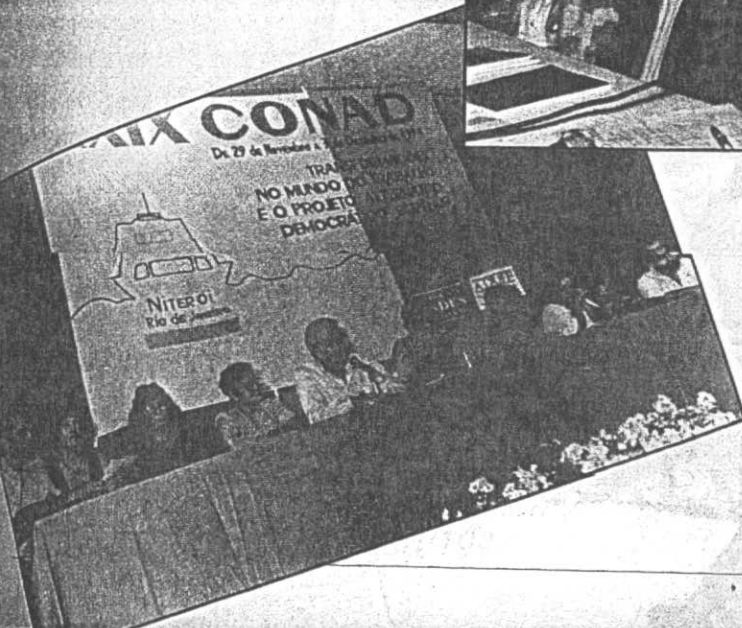
Abaixo:  
XXIV CONAD. Fortaleza, jun/1992



Abaixo:  
Um minuto de silêncio. XIII Congresso, Viçosa, fev/1994, In memoriam ao Professor Silvio Frank Alem



À direita:  
Plenária de abertura do  
XXVIII CONAD. Recife-PE.



À esquerda:  
XXIX CONAD. Abertura no Teatro  
da UFF. Niterói, nov/1994



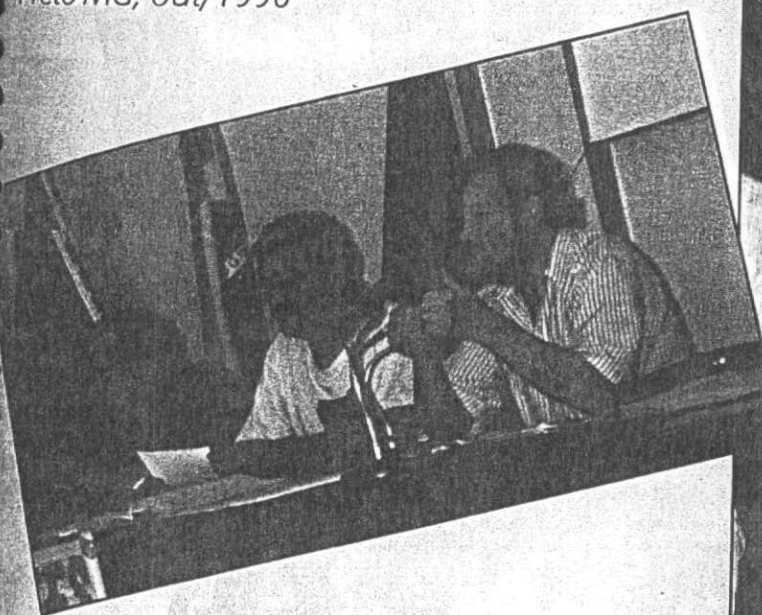
Acima:  
Membros da diretoria da gestão  
94/96



Acima:  
ANDES-SN presente na I  
Conferência dos  
Trabalhadores no Serviço  
Público



Acima:  
Funcionários e docentes congratulam-se na  
festa de encerramento do XXXIII CONAD. Ouro  
Preto-MG, out/1996



Acima:  
Encontro nacional sobre a questão da terra no  
XXXV CONAD. Belém-PA, out/1997



A direita:  
Homenagem aos 100 anos de vida de  
Barbosa Lima Sobrinho, jan/1997

Acima: Reunião  
do CTPFS. Rio de  
Janeiro-RJ,  
dez/1988



Acima: "Marcha dos 100 mil". Brasília, ago/1999

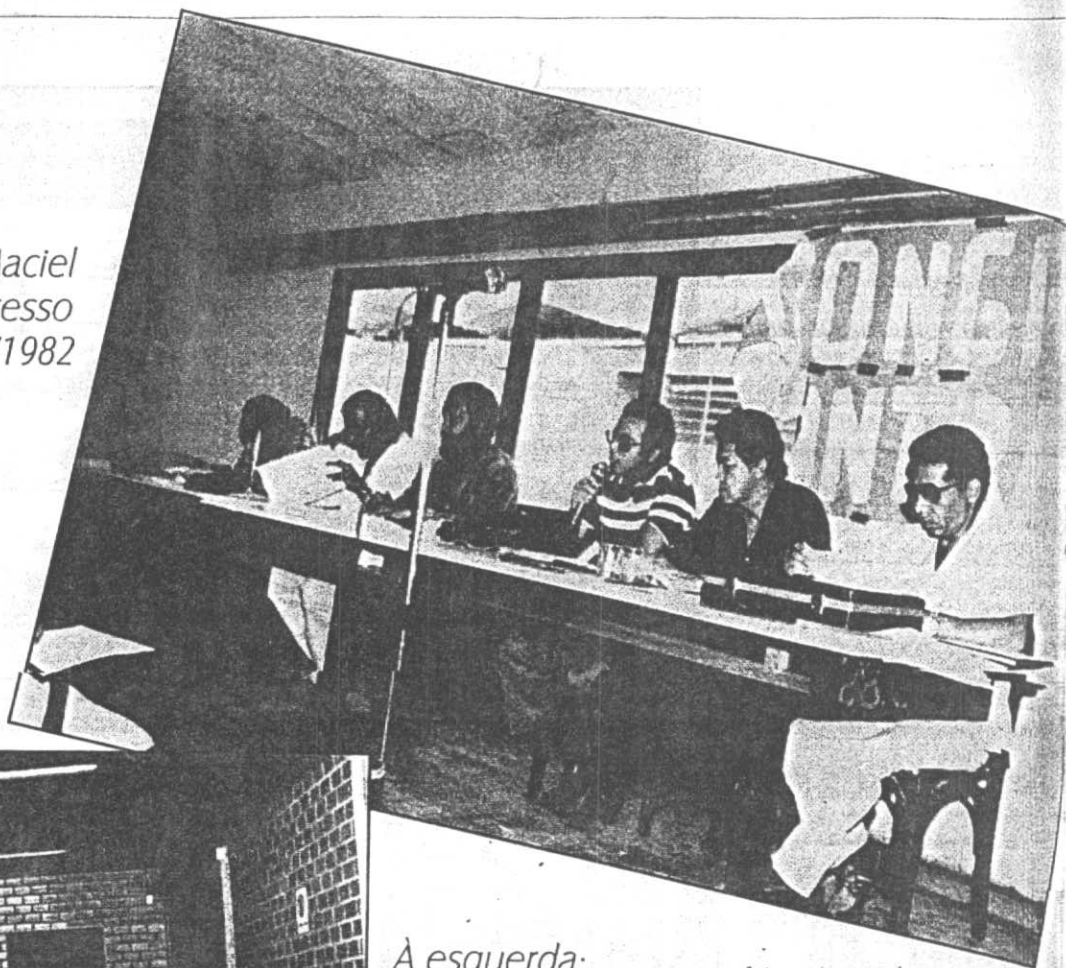


Acima: Encontro Nacional  
de Seguridade Social.  
Goiânia, ago/1999



Acima: XIX Congresso. Juiz de Fora/MG, fev/2000

À direita:  
Osvaldo Oliveira Maciel  
(direita) no I Congresso  
- Florianópolis, fev/1982



À esquerda:  
participantes do I Congresso  
- Florianópolis, fev/1982



Acima:  
VIII CONAD - Goiânia - out/1983

À esquerda:  
Comando de Greve - Brasília,  
ago/1984

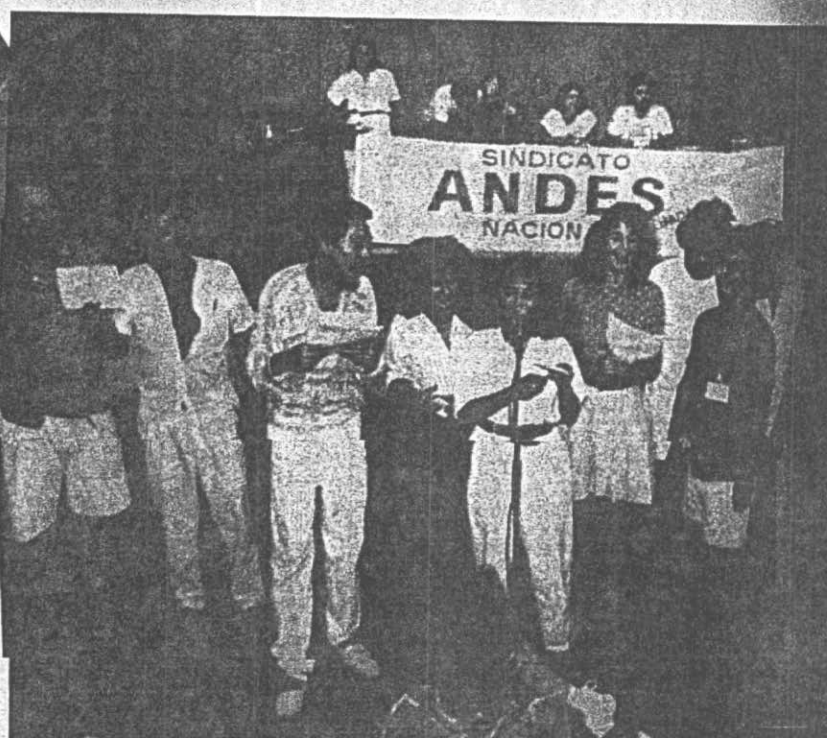
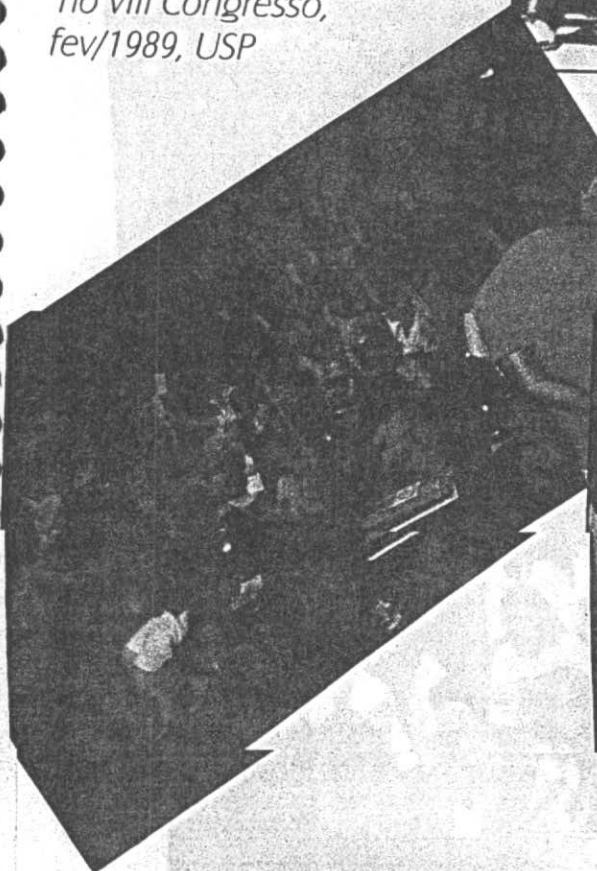


À esquerda:  
a primeira  
bandeira do  
ANDES. UERJ  
nov/1988

Abaixo:  
Membros da  
diretoria.  
Gestão  
1988/1990



Abaixo:  
"FILIADO À CUT  
no VIII Congresso,  
fev/1989, USP



Acima:  
A discussão majoritária de filiação à CUT coroa um longo  
processo de debate no interior do Movimento Docente  
(VIII Congresso, fev/1989-USP.)



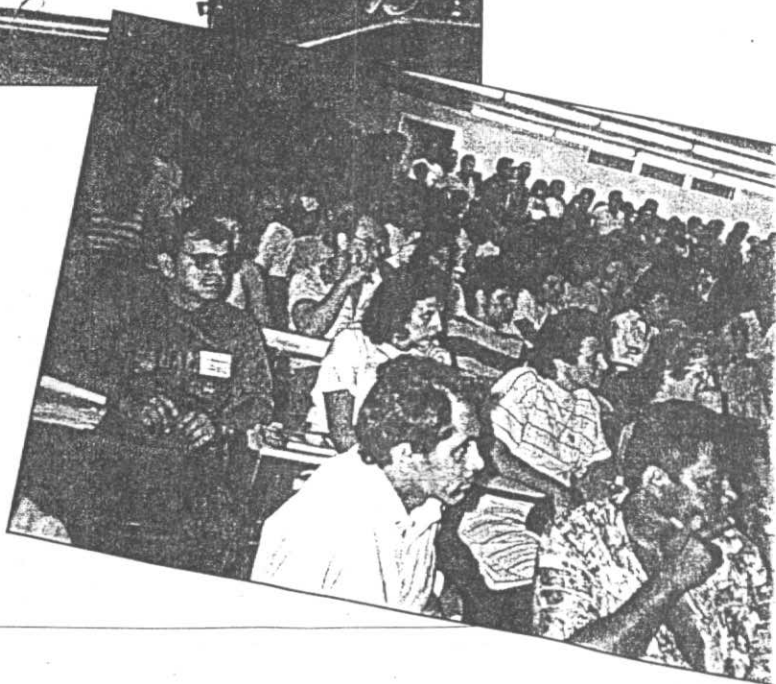
Acima:  
Silvio Frank Alem representa o ANDES-  
SN no Congresso da FECODE em  
Cartagena, ago/1992



Acima:  
Ato pelo  
impeachment de  
Collor, ago/1992

À esquerda:  
Ato na Faculdade  
de Direito-USP,  
set/1992

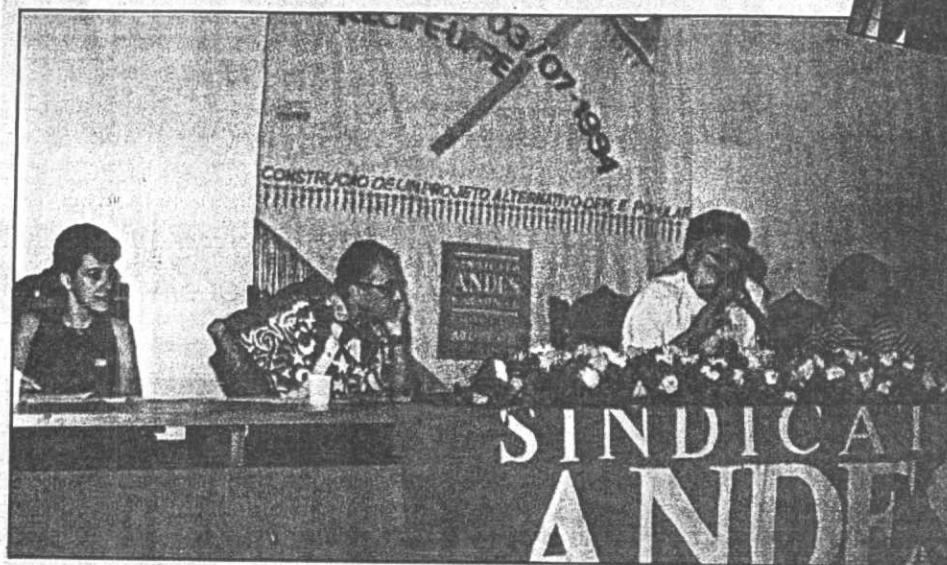
À direita:  
XXII CONAD. Campo Grande-  
MS, nov/1990



À direita:  
Reunião na Regional Sul. APUFSC - set/94



À esquerda:  
Mesa da Plenária do Tema  
do XXVIII CONAD, Recife-PE  
jun/1994



Abaixo:  
Lucia Lodi entrevista  
Florestan Fernandes para a  
Revista Universidade e  
Sociedade, out/95



À direita:  
XV Congresso. Santa Maria-RS,  
fev/1996



À esquerda e abaixo:  
ANDES-SN na Manifestação contra os  
mil dias sem reajuste dos Servidores  
Públicos Federais, ago/1997

Abaixo:  
"Universidade Pública e Gratuita: palmas para  
ela". Marcha do XXXIV CONAD contra a  
privatização da Unitins. Palmas-TO, 1997



À direita:  
Plenária do XXXIV CONAD,  
Palmas-TO







À esquerda:  
XXXIV CONAD.  
Palmas-TO, 1997

Abaixo:  
Manifestação em  
frente ao MEC,  
mar/1998



Acima  
Sindicalistas dão as costas ao representante  
do MEC durante protesto no XVIII Congresso,  
Belo Horizonte

A direita:  
Esperando Fidel: XXXVIII CONAD, Rio de  
Janeiro, junho/1999



À esquerda:  
Fidel Castro saúda os participantes do  
XXXVIII CONAD. Rio de Janeiro, jun/1999

Abaixo:  
I Conferência Nacional de Educação,  
Cultura e Desporto. Brasília, nov/2000.

Manifestação no Rio de Janeiro (jun/1999)

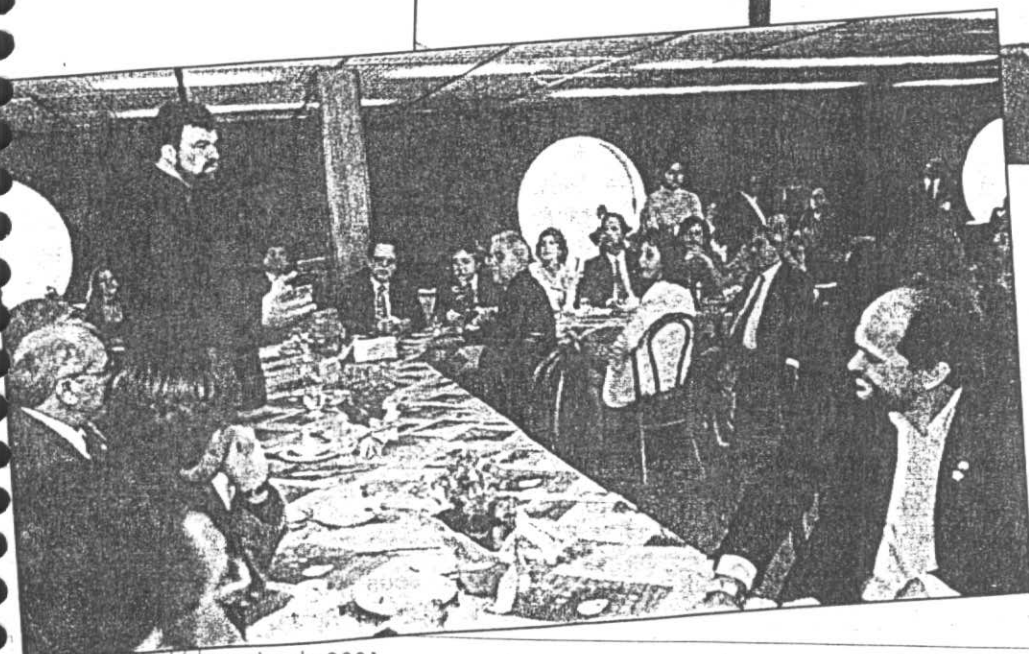
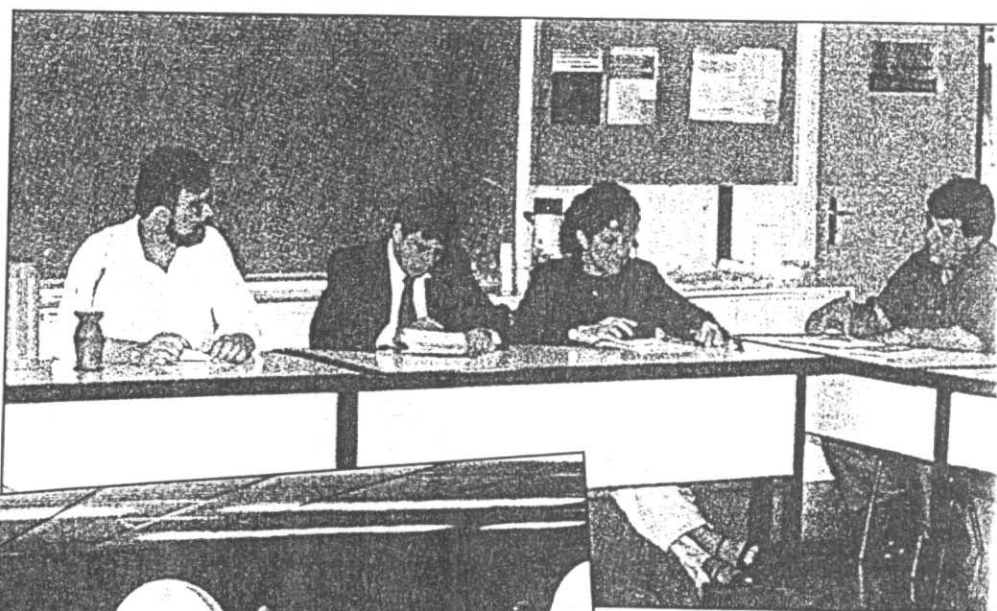




*À esquerda e abaixo  
XIX Congresso. Juiz  
Fora/MG, fev/2000*



*À direita: Encontro  
discute o trabalho  
escravo no Brasil.  
Brasília, mar/2000*

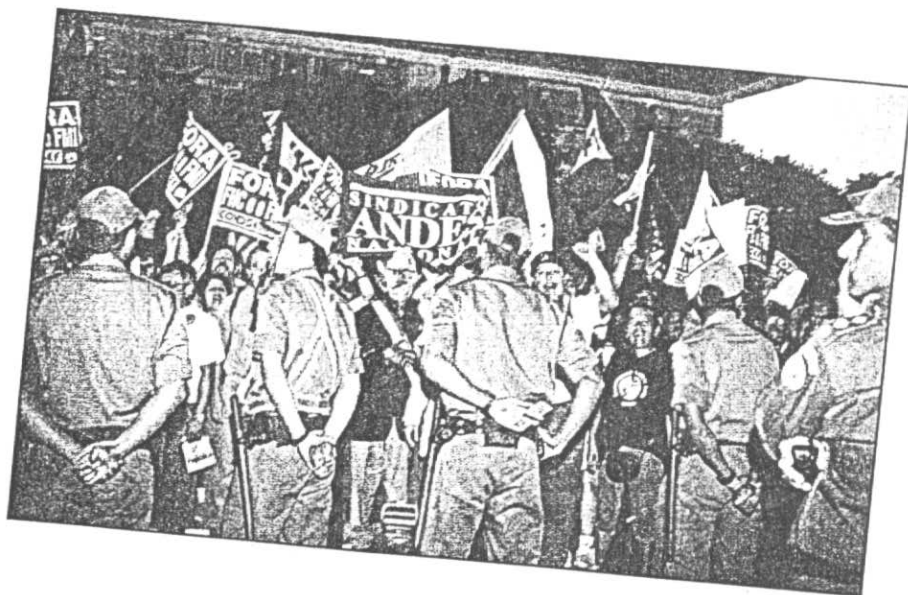


*À esquerda: Expos  
da proposta de  
Universidade  
Autônoma elabora  
pela diretoria do  
Andes-SN, gestão  
1998/2000. Brasília  
set/1999*



À esquerda:  
ANDES-SN na abertura da I  
Conferência Nacional de  
Educação, Cultura e Desporto.  
Brasília, nov/2000

À direita:  
Manifestação dos Servidores  
Públicos Federais. Brasília,  
jun, 2000



À esquerda:  
Plebiscito da dívida  
externa

# ANDES

Boletim da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Ano 1 - N.º 1 - Abril de 1981

## CRIADA A NOSSA ENTIDADE NACIONAL

### A criação da ANDES

Desde 1978 os docentes das IES do Brasil vem trabalhando pela construção de uma entidade nacional. Nesse ano, durante a reunião anual da SBPC realizava-se a primeira reunião de ADs. Desde então muito foi feito pelo movimento associativo dos docentes organizativos, a partir do I Encontro Nacional que reuniu 27 entidades (São Paulo-Fevereiro/79, Fortaleza; Set/79, Rio de Janeiro) e o qual contou com nada menos que 1000 docentes. A mobilização foram de caráter reivindicatório.

cação do exercício profissional do magistério, pela melhoria do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, pela democratização da Universidade e pelos seus direitos. Aprenderam, ainda mais, que só unidos e organizados poderão contribuir para superar a ilegitimidade política e a injustiça social hoje vigentes no Brasil, mediante a construção de uma sociedade efetivamente democrática.

1 Resoluções do III ENAD

2 Informes e Resoluções do CNDU

3

I CONGRESSO NACIONAL DE DOCENTES UNIVERSITÁRIOS  
MARCOS NASCIMENTO MAGALHÃES  
ADUSE - SÃO PAULO  
CAMPINAS 18/20 FEV 81

CARTÃO DE VOTO

CARTÃO DE VOTO

SECRETÁRIO DO CONGRESSO

00117

...aprenderam  
...e organizados é possível lutar pela dignifi-

NHEIRO

# ANDES

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

ANO II - Nº 11 - NOVEMBRO DE 1982

IES Federais Autárquicas

## A greve inevitável

Depois de dois meses aguardando uma resposta do MEC às suas reivindicações, os professores das IES Federais Autárquicas decretaram, no dia 18/11, uma greve nacional, num total de 35 mil professores paralisados (Págs. 5, 6 e 7)

### Reunião Nacional das AD's das Instituições Particulares

Pauta

- 1 - Projeto de Carreira nacional unificada
- 2 - Política de verbas públicas para o setor

Rio de Janeiro  
11 e 12 de dezembro de 1982

Local: Associação dos Docentes da  
Universidade Santa Ursula

# GREVE NACIONAL

LIBERDADE PARA  
O PROF. CUÉ

UnB  
AZEVEDO RECUA  
E NEGOCIA

Greve da UnB (P. 3)

A prisão do prof. Cué (P. 10)

# ANDES

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

ANO III - Nº 13 - MAIO DE 1983

Dia 25 de maio: Dia Nacional de Debate

## A luta dos professores da rede particular

O avanço nas condições de trabalho e ensino depende fundamentalmente da nossa capacidade de mobilização.

Participe do debate nacional sobre a situação do professor da rede particular.

Em discussão, a situação salarial, a luta pelas 162 horas, carreira docente unificada e verbas públicas (última página).



### E mais

### Por um estatuto do magistério unificado

Nesta edição, um encarte especial com o projeto de carreira do magistério para o setor das Particulares, elaborado pelo Grupo de Trabalho do setor.

Verbas: explicitando as divergências (P. 2)

A luta pelas 162 horas (P. 3)

Acordos Internos: um novo processo de reivindicação (P. 3)

Questões salariais e trabalhistas (P. 4)

As Mantenedoras e a privatização do ensino superior (P. 5 e 6)

I Encontro Nacional entre AD's e SINPROS (última página)

23064 N. 1

*Helena*

# ANDES

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

ANO III — Nº 14 — JUNHO DE 1983

Greve nacional dos servidores públicos federais

## Resistir é preciso

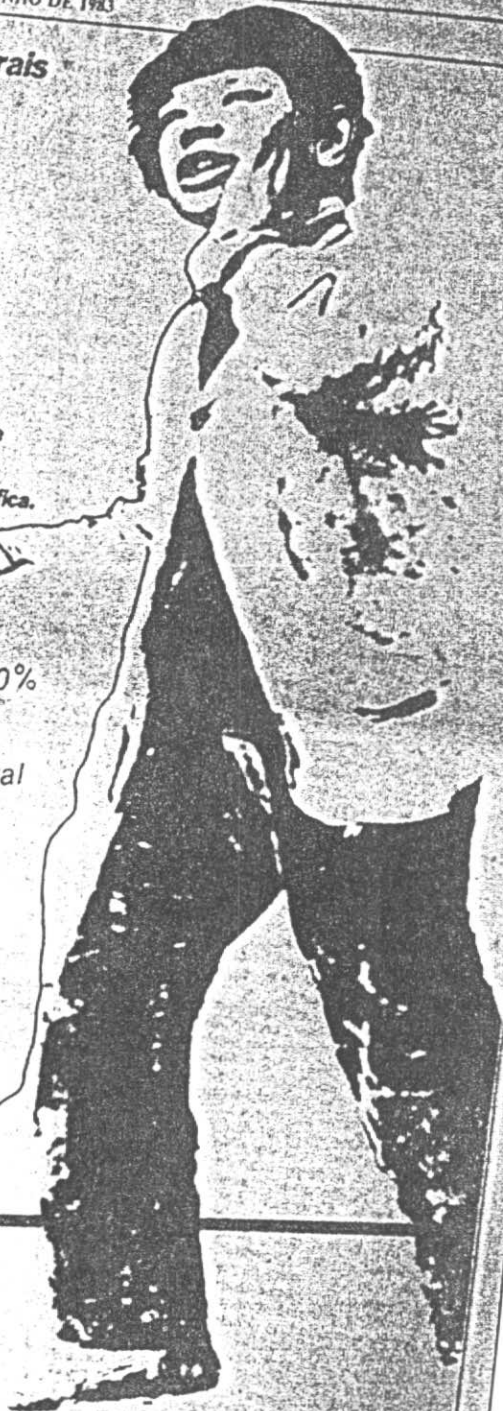
A greve dos servidores públicos federais é o primeiro movimento de trabalhadores na atual conjuntura a optar pela ação direta contra o arrocho salarial e contra as recentes medidas do Governo e seu significado ultrapassa a reivindicação salarial de uma categoria específica.

A luta dos servidores federais é também a luta de todos os trabalhadores. O movimento grevista — sobrevivendo à repressão, às ameaças de punição e à intransigência do Governo — traz desde já uma mensagem a todos nós: resistir é preciso!

(Última página)

### Reivindicações

- \* reposição de 70% em maio de 83
- \* reajuste semestral
- \* 13º salário
- \* direito à sindicalização
- \* novo estatuto do servidor público



Universidades Estaduais paulistas

## Campanha Salarial continua

Na página 7, a continuidade da Campanha Salarial dos professores das Universidades Estaduais paulistas.

Dia 25 de junho

## Preparando a greve geral

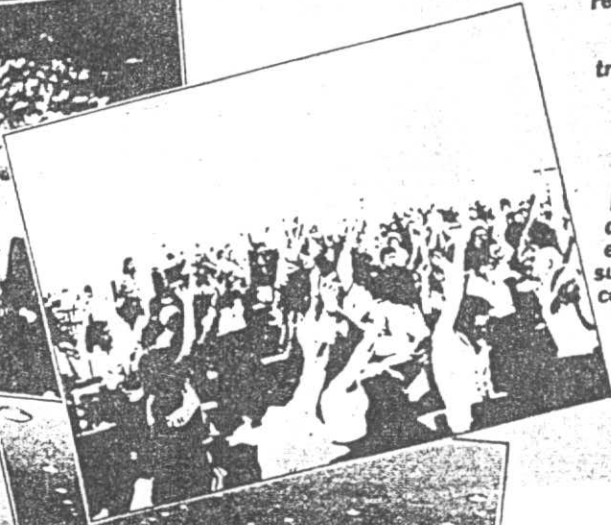


# ANDES

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR  
ANO III - Nº 17 - DEZEMBRO DE 1983

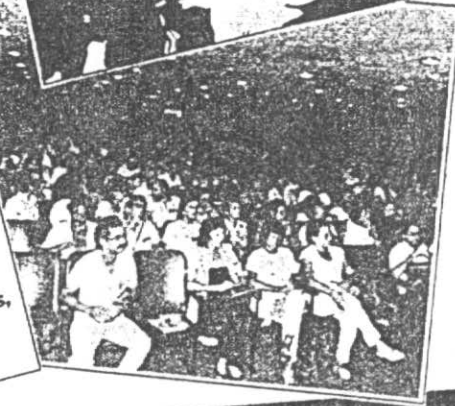
## Professores preparam III Congresso

Criado durante Congresso realizado em Campinas, em fevereiro de 1981, como resultado de um intenso trabalho de mobilização dos docentes, a ANDES chega agora ao seu III Congresso Nacional, que ocorrerá em Piracicaba, de 13 a 17 de fevereiro de 1984. Durante o Congresso, além dos pontos da pauta, estará em discussão o processo de sucessão dentro da entidade, com a proximidade do fim do mandato da atual diretoria.



**III Congresso da ANDES**  
Piracicaba, de 13 a 17 de fevereiro de 1984

- 1) Questões organizativas e financeiras da ANDES
- 2) Conjuntura Política, Movimento Sindical e Movimento Docente
- 3) Reestruturação da Universidade e Ensino Público e Gratuito
- 4) Verbas e Financiamento do Ensino Superior
- 5) Questões setoriais (Autarquias, Estaduais, Fundações e Particulares)



**CAIU A6.733**

(Pág. 8)

Campanha Salarial das Federais Autárquicas

## MEC protela audiência e provoca reunião

O movimento docente continua esperando que a ministra da Educação conceda uma audiência. Na página 4, a campanha salarial e a situação dos professores do setor.

## Docentes da USP paralisam atividades

Os professores da Universidade de São Paulo paralisaram suas atividades no dia 23 de novembro contra a ameaça de um reajuste de 35% em janeiro. (P. 5)

## O 2.065 e o desastre salarial (P. 3)

## A ANDES na luta por eleições diretas (P. 3)

# ANDES

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

ANO III - Nº 18 - MARÇO DE 1984

## Diretas já

**ANDES POR ELEIÇÕES LIVRES E DIRETAS JÁ**

O III Congresso Nacional da ANDES definiu ações concretas para a Campanha por eleições livres e diretas para a Presidência da República. Abaixo, o Manifesto ao Povo Brasileiro, aprovado durante o Congresso e, na última página, as deliberações do movimento docente sobre o tema e a integrada Carta de Piracicaba.

**Dia 28 de março**

Dia Nacional da Universidade pelas eleições livres e diretas já. Coordenação: ANDES, UNE e Fesubia

**Dia 25 de abril**

Participação das atividades em todos os IES do Brasil. Proposta indicativa do III Congresso da ANDES (Última página).

### Manifesto ao Povo Brasileiro

Nós, representantes dos professores do ensino superior do país, por ocasião do III Congresso Nacional da ANDES, manifestamos à Nação nossa determinação de lutar para que seja imediatamente restaurado ao povo brasileiro seu inalienável direito de votar para indicar seus governantes em todos os níveis e particularmente o presidente da República. Como cidadãos integramos-nos à campanha das diretas já entendendo não ser mais possível ao povo brasileiro deixar de intervir nos destinos do governo da Nação. Basta de arbitrio, de opressão, de miséria, de desemprego, de fome, de lei de segurança nacional, de intervenção nos sindicatos. Como professores integramos-nos à campanha das diretas já entendendo ser nossa obrigação educar para a liberdade e para a democracia. Basta de analfabetismo, de escassez de verbas para a educação, de política privatizante para o ensino superior.

**PELAS ELEIÇÕES E DIRETAS PARA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, JÁ!**

### E MAIS

- III Congresso Nacional da ANDES define (págs. 4 e 5):
- Intensificar a luta pelo Ensino Público e Gratuito
- Estado de alerta contra projeto do CFE/MEC
- Federais Autárquicas: indicativo de greve nacional
- Fundações: mobilização pelas eleições de reitores
- Particulares: retomada da luta pelas 162 horas
- Estaduais: avançar na luta pela democratização
- Comunidade da Unesp exige respeito às eleições

A luta pela democratização da Universidade Estadual Paulista está na página 6.

# ANDES

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

ANO V — N.º 21 — ABRIL DE 1985

## ANDES, UNE e FASUBRA preparam Seminário

pág. 2

### Fundações conquistam retroativo

pág. 3

### UnB vence autoritarismo

pág. 10

### Amazonas elege reitor

pág. 10

### UNIMEP derruba intervenção

pág. 10

### Particulares lutam por salário

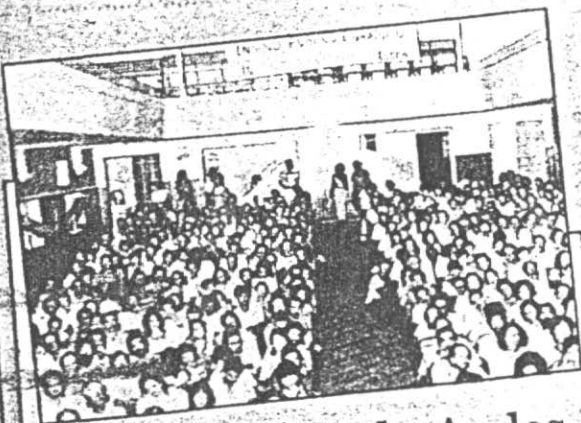
pág. 4

### Autarquias continuam luta salarial

pág. 3

### Permanece a ameaça

pág.



IV Congresso da Andes

As principais deliberações  
tiradas no IV Congresso  
estão nas páginas 5, 6, 7 e 8.

# ANDES

ANO V — N.º 23 — NOVEMBRO DE 1985

## Particulares ampliam conquistas

Pág. 12

### A hora e a vez das Fundações

Págs. 3 e 4



### Encarte especial

**PROPOSTA**  
**ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES**  
**E DA ANDES**  
**PARA A**  
**UNIVERSIDADE BRASILEIRA**

**Isonomia**  
**salarial**  
**A**  
**luta das**  
**Estaduais**

Pág. 5

Pág. 8

Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior  
Conselho Nacional das Associações de Docentes  
Olinda, julho, 1985.

# PROPOSTA DAS ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES E DA ANDES PARA A UNIVERSIDADE BRASILEIRA

## APRESENTAÇÃO

Este documento foi elaborado a partir das discussões que os professores do ensino superior vêm realizando em todo o país, desde 1981. Em 1982, após o V Conselho Nacional de Associações de Docentes que se realizou em Belo Horizonte, de 9 a 12 de junho, a ANDES apresentou ao Ministério da Educação e Cultura o documento "Proposta da ANDES e das Associações de Docentes para a Universidade Brasileira".

Em junho de 1983, a ANDES promoveu o Simpósio sobre a Universidade Brasileira, na Universidade Santa Ursula, no Rio de Janeiro. As discussões ocorridas nesse evento foram publicadas sob o título "O Público e o Privado, o Poder e o Saber: a Universidade em Debate".

Durante todo esse período, os docentes vêm aprofundando as suas propostas para a Universidade Brasileira. Em maio de 1985, a ANDES, a UNE e a FASUSRA promoveram, na Universidade de Brasília, o Seminário Nacional sobre a Reestruturação da Universidade em que foram convidados a participar representantes do governo (Ministério da Educação, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Administração, representantes de Entidades da sociedade civil organizada, Sociedades Científicas e Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Esse foi um momento fundamental em que diversos setores da sociedade brasileira se pronunciaram sobre a Universidade, discutindo seus problemas e possíveis alternativas com professores, funcionários e estudantes.

Em junho de 1985, o XI Conselho Nacional das Associações de Docentes, realizado em Olinda, partindo das discussões já acumuladas desde 1981 e do documento elaborado

em 1982, chegou a propostas conclusivas para a Reestruturação da Universidade Brasileira.

O objetivo deste documento é levar ao Ministério da Educação (MEC), ao Governo, à sociedade civil organizada, e à opinião pública a posição crítica dos professores sobre o ensino superior no país e as propostas concretas para a Universidade Brasileira. Não se pretende apresentar aqui um modelo acabado de universidade, a ser implantado por decreto, tecnocraticamente, mas sim traduzir as propostas básicas que, segundo as deliberações democráticas dos professores, devem ser seguidas, ampliando o espaço para as transformações, que vêm sendo empreendidas, e continuarão sendo, pelas Associações de Docentes.

Na primeira parte do documento, é apresentado o diagnóstico da situação de extrema gravidade do ensino superior e a crítica à política educacional que foi implementada pelo Governo nos últimos vinte anos, particularmente no que diz respeito à alarmante privatização do ensino superior, em detrimento de sua qualidade, deteriorada pela mercantilização da educação. Os professores propõem o ensino público e gratuito para todos os estudantes.

Em seguida, na segunda parte, são apontadas algumas medidas que poderão viabilizar o caminho para a nova política educacional, enfatizando a questão da qualidade de ensino superior e da pesquisa e a necessidade de um padrão mínimo de qualidade para a universidade.

Na terceira e última parte, são apresentadas as propostas que deverão nortear a construção de uma Universidade Brasileira que tenha por fundamental o caráter público, a gratuidade do ensino para todos os estudantes, a democracia, a autonomia

administrativa, de ensino e pesquisa. Esta parte compreende as questões: Universidade e Responsabilidade do Estado com a Educação, Financiamento da Universidade, Regime Jurídico, Administração Acadêmica e Política de Pessoal Docente.

A expectativa dos professores ao encaminhar este documento ao MEC, através do ANDES, é de que o mesmo seja efetivamente levado em consideração pelo Governo. A ANDES e as Associações de Docentes entendem que a Reestruturação da Universidade tem que ser implementada a partir das decisões democráticas consequência das discussões coletivas. A transformação da Universidade Brasileira não pode ser pretendida nem pela ação nem pelo pensamento individual.

Os professores que têm contribuído para a construção da Universidade no seu cotidiano entendem que só a ação integrada da comunidade universitária (professores, estudantes e funcionários) constitui a força viva capaz de gerar transformações concretas e condizentes com a Universidade pública, gratuita, democrática e competente que queremos. Uma Universidade comprometida com o desenvolvimento nacional e com os interesses majoritários da população brasileira.

A História do Brasil tem se desenvolvido tradicionalmente de cima para baixo. É preciso transformar a sociedade brasileira, é preciso que a HISTÓRIA se desenvolva a partir das lutas concretas e das aspirações da coletividade.

Os professores esperam que nenhuma medida de reestruturação da Universidade seja tomada pelo Governo sem ser submetida ao mais amplo debate com a Comunidade Universitária, nela incluídos estudantes, funcionários e professores.

Os professores universitários brasileiros representados pela ANDES, estão envolvidos na transformação da Universidade a partir da perspectiva de construção de uma sociedade justa, democrática e humana.

ENCARTE ESPECIAL

BOLETIM DA ANDES

# ANDES

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

ENSINO PÚBLICO  
E GRATUITO:  
DEVER DO ESTADO  
ANO VII - Nº 37  
NOVEMBRO/88

## A Sindicalização dos Docentes Das IES II CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO

### AINDA NESTA EDIÇÃO:

- Proposta de estatuto da diretoria
- Indicativo do XVIII CONAD
- Principais alterações estatutárias propostas
- Cronograma do II Congresso extraordinário

### Estaduais paulistas em greve



As Universidades Estaduais Paulistas — USP, UNICAMP e UNESP — estão conduzindo através de suas entidades representativas ADUSP, ADUNICAMP e ADUNESP, a maior e mais forte greve de sua história. O movimento já obteve ganhos parciais e mesmo enfrentando forte repressão, inclusive policial, continua firme na luta pela obtenção de uma política salarial que inclua reposição mensal de perdas salariais, assim como, na defesa da Universidade Pública e Gratuita. Na foto, o "SOS UNIVERSIDADE" realizado na USP em defesa destes princípios.



### EDITORIAL

## ANDES—Sindicato Nacional uma proposta inovadora

A proposta de sindicalização dos docentes das IES apresentada pela Diretoria é hoje a proposta indicativa do CONAD para o II Congresso Extraordinário da ANDES que levará a aprovação, pela qual, os docentes das IES organizarão seu sindicato.

De acordo com a decisão do XVIII CONAD estamos publicando a proposta estatutária que substancia os princípios consagrados pelo movimento docente. Esta proposta de Estatuto procura colocar na lei que regerá nosso sindicato a autonomia e o fortalecimento da organização de base e os processos decisórios democráticos que têm garantido a força do nosso movimento.

Na medida em que estamos propondo uma entidade sindical de caráter nacional, algumas características "híbridas" contidas nos estatutos da ANDES desaparecem, como por exemplo a filiação das AD's à ANDES. Transformadas em Seções Sindicais, elas agora são parte do sindicato e portanto submetem-se a seus estatutos. No entanto, a garantia de regimento próprio, eleição pela base, garantia de direito de negociação, a mesma forma de participação nos CONAD's e Congressos e principalmente a gestão de seu patrimônio assim como, a entrada de recursos a partir das Seções Sindicais, como previsto na proposta, permitem a manutenção não apenas dos procedimentos decisórios anteriores, mas também, a continuidade de estruturas fortes pela base.

Cabe salientar que esta proposta é totalmente inovadora em termos de organização sindical. Te-

mos que partir do princípio de que se a Constituição diz que os trabalhadores é quem define sua forma de organização, não temos que levar isto às últimas consequências.

Lembremos que quando da fundação da ANDES, o grande debate foi entre Federação de AD's ou Associação de Docentes. Naquela ocasião, por esmagadora maioria a proposta de Federação foi derrotada.

Hoje quando temos o direito de criar nosso sindicato, o que estamos fazendo é aproveitar a experiência organizativa que acumulamos e torná-la em uma entidade única, de caráter nacional, organizada pela base que, sob todos os aspectos, é soberana na decisão dos rumos da entidade como um todo e na sua respectiva IES.

Esta proposta de Estatuto da ANDES—SINDICATO NACIONAL tem caráter político e pretende deixar claro a todos os docentes, em detalhes, a entidade que se pretende construir, permitindo que o movimento saiba exatamente que decisão está tomando.

A premência de tempo exige que se faça a máxima divulgação da proposta no menor tempo possível, assim, solicitamos aos companheiros de AD's a rápida distribuição deste boletim à todos os docentes de suas respectivas IES. Comunicamos ainda que o Congresso Extraordinário se acompanhará por assessoria jurídica para que decisões políticas nele tomadas sejam postas em termos técnicos devidos.

# SINDICATO ANDES NACIONAL

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. ANDES — SINDICATO NACIONAL

## VIII CONGRESSO NACIONAL DA ANDES

De 14 a 18 de fevereiro USP — São Paulo

Pags. 2 e 6



### VIVA A ANDES SINDICATO NACIONAL

Do dia 25 a 27 de novembro de 1968, realizou-se no Rio de Janeiro (no IERJ) o II Congresso Extraordinário com a participação de 212 delegados, 37 observadores, 22 convidados e 25 visitantes da ANDES. Estavam representadas 14 ADs filiadas e mais de 40 ADs e 07 outras entidades de docentes convidadas, dentre elas: SINPROS (RJ, ABC, SP, RJ), A. Docentes (RJ) e forma de identificação dos docentes, dos IES, foi tomada em caráter definitivo no mês de maio de 1968, registrando-se 187 votos a favor da transformação da ANDES, convertendo-se em SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES SINDICATO NACIONAL.

### GREVE DAS ESTADUAIS PAULISTAS QUÉRCIA RESPONDE COM REPRESSÃO

Apesar do forte esquema de repressão, a greve de dois meses das três universidades estaduais paulistas impôs uma flagrante derrota política ao governo do estado, levando muitos pontos junto à opinião pública em defesa da Universidade Pública e Gratuita.

O governo Quirino teve de recuar nos que se referem ao reajuste de salários docentes de 1968, em consequência da greve, tendo sido obrigado a aceitar a proposta de 11% em fevereiro de 1968, e a reverter a medida de 11% em março de 1968, o que representa a vitória da greve como um todo. Pág. 2

### Demissão de diretoria da ANDES SINDICATO NACIONAL

A professora GIÁRIA, 2ª Vice-presidente da ANDES SINDICATO NACIONAL, foi demitida pela Santa Urtula. Os diretores da regional Rio articularam-se com várias entidades da sociedade civil como OAB-RJ, partidos políticos e com a CUT e iniciaram negociações para reversão da medida que contrariava a Constituição.

Não sendo possível com o professor Cândido Mendes, presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras, para o dia 4 de janeiro, há grande possibilidade de reintegração imediata.

O presidente da ANDES SINDICATO NACIONAL enviou carta ao Ministério do Trabalho protestando contra a quebra da estabilidade e o envio de tal à imprensa.

No VIII Congresso o movimento docente deverá discutir profundamente a situação de luta que envolverá a organização do setor privado para que não apenas se evite as demissões políticas, mas se avance na conquista da estabilidade do docente do setor privado.

### A Comercialização Literal da Educação

A ênfase da comercialização da educação tem se baseado principalmente no diploma, independente de qualquer qualidade. No entanto uma prática está se tornando comum entre as mantenedoras: a compra e venda de vagas de curso. Assim, a Academia Paulista Anchieta, mantenedora do Centro Universitário Paulista com cursos da Faculdade de Filosofia, Medicina e da Faculdade Médianeira Brasileira de Educação, isto significa o nos anos clássicos e hoje, sua mantenedora vende esta licença para outra, ou seja, vende seus professores e alunos. Nada impede que há menor garantia de que o profeta pedagógico será mantido ou se as condições de trabalho dos docentes será a mesma.

Na verdade, sabe-se de experiência que as condições de funcionamento do Centro Universitário Paulista são das mais precárias possíveis e que o clima de fúria madrilmente não podem fazer provas e que há horários fantasmas ou seja, aulas previstas para término às 22:40 horas sem poder ser iniciadas porque o prédio começa a fechar-se às 22:00 horas.

A ANDES SINDICATO NACIONAL já solicitou audiência ao MEC e ao CFE e irá acionar o Ministério Público para verificar as irregularidades. Esta também sendo organizada a formação de uma comissão de alunos e professores para protestar junto ao MEC. A imprensa silenciosa e repressora.

### Demissão de Docentes no Setor Privado

Foram demitidos mais de vinte docentes da Faculdade Osvaldo Cruz, cerca de 17000 da PUC-SP e mais do Centro Universitário Paulista.

As demissões da Osvaldo Cruz incluem todos os docentes do APROECC, reconhecida como AD-Setor Sindical pelo Congresso Estadual e portanto com estabilidade na faculdade. Estão havendo negociações com a Direção Geral daquela faculdade. Não haverá reversão da medida que se não reverterem o quadro, será acionada a justiça para que se recrie o quadro que estabeleceu a Nova Constituição.

As demissões da PUC-SP incluem a saída imediata de 1000 docentes para a demissão de 1000 docentes, uma vez que a demissão de 1000 docentes não faz com que a faculdade tenha de uma linha de pesquisa de interesse do departamento de disponibilidade de horas de aula. Não houve criação para docentes em mesmo nível que possa de vista.

O Centro Universitário Paulista enviou telegrama aos seus docentes dizendo que estão deixando de ser docentes de uma empresa. Sem comentários.

Está marcada reunião do setor privado para o dia 18 de janeiro para decisão de medidas políticas a serem tomadas, visando a reversão das demissões.

### ANDES — ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

### A ANDES — SINDICATO NACIONAL denuncia

### SECRETÁRIO GERAL DO MEC AGRIDE PRESIDENTE DA ANDES.

A Diretoria da ANDES SINDICATO NACIONAL denuncia a atitude do Secretário Geral do MEC, Agripino dos Reis, em relação ao movimento docente. O Sr. Agripino dos Reis, Secretário Geral do MEC, em 16 de dezembro de 1968, em uma reunião com os dirigentes da ANDES SINDICATO NACIONAL, afirmou que a ANDES não tem o direito de se organizar em nível nacional, pois a organização de nível nacional é uma atribuição exclusiva do MEC. A ANDES SINDICATO NACIONAL, fundada em 1968, é uma entidade legalmente constituída e reconhecida pelo MEC. A atitude do Sr. Agripino dos Reis é considerada uma afronta à Constituição e à legislação vigente. A ANDES SINDICATO NACIONAL denuncia a atitude do Sr. Agripino dos Reis e solicita ao Ministério Público a abertura de uma investigação para apurar as responsabilidades envolvidas. A ANDES SINDICATO NACIONAL também solicita ao MEC a reversão da medida que contrariava a Constituição e a legislação vigente.

### Presidente da Anes Agride no MEC

O Sr. Agripino dos Reis, Secretário Geral do MEC, em 16 de dezembro de 1968, em uma reunião com os dirigentes da ANDES SINDICATO NACIONAL, afirmou que a ANDES não tem o direito de se organizar em nível nacional, pois a organização de nível nacional é uma atribuição exclusiva do MEC. A ANDES SINDICATO NACIONAL, fundada em 1968, é uma entidade legalmente constituída e reconhecida pelo MEC. A atitude do Sr. Agripino dos Reis é considerada uma afronta à Constituição e à legislação vigente. A ANDES SINDICATO NACIONAL denuncia a atitude do Sr. Agripino dos Reis e solicita ao Ministério Público a abertura de uma investigação para apurar as responsabilidades envolvidas. A ANDES SINDICATO NACIONAL também solicita ao MEC a reversão da medida que contrariava a Constituição e a legislação vigente.



ENSINO PÚBLICO É GRATUITO: DIREITO DE TODOS DEVER DO ESTADO ANO VIII Nº 19 - ABRIL 89

BOLETIM

# SINDICATO ANDES NACIONAL

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

## O VIII Congresso e nossos horizontes

Com a presença de cerca de 350 participantes, convocados por diretores, delegados e observadores de 90 AD's - Seções Sindicais, observadores de outras 8, além de delegações de sindicatos via Vice-Presidência Regional e 2 convidados de AD's não filiados à ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizou-se o VIII CONGRESSO DA ANDES-SINDICATO NACIONAL na Universidade de São Paulo-USP, entre os dias 14 e 16 de março de 1989.

Após o término do processo importante de atualização da organização dos representantes dos cerca de 150.000 docentes das IES públicas e privadas.

Dentre as deliberações mais relevantes, estão assumidas, temas de alto destaque à filiação da ANDES à CUT-Central Única dos Trabalhadores, resultado de ineqüidade dos Trabalhadores, resultado de ineqüidade dos Trabalhadores, resultado de ineqüidade dos Trabalhadores...

Cabe agora implementar a deliberação de investigar, reforçar a atuação do Departamento Nacional de Trabalhadores da Educação (DNTE) da CUT, e convocar os AD's e Seções Sindicais na comissão. In dos Departamentos Estaduais da Central.

O VIII CONGRESSO serviu para que se discutisse a organização do trabalho pedagógico no ensino de nível superior. Pública ou privada, da Nova República. O caráter de vários organismos, a criação de novos órgãos, a melhoria da qualidade do ensino...



de discutir, implementar a deliberação de investigar, reforçar a atuação do Departamento Nacional de Trabalhadores da Educação (DNTE) da CUT, e convocar os AD's e Seções Sindicais na comissão. In dos Departamentos Estaduais da Central.

O VIII CONGRESSO serviu para que se discutisse a organização do trabalho pedagógico no ensino de nível superior. Pública ou privada, da Nova República. O caráter de vários organismos, a criação de novos órgãos, a melhoria da qualidade do ensino...

O VIII CONGRESSO serviu para que se discutisse a organização do trabalho pedagógico no ensino de nível superior. Pública ou privada, da Nova República. O caráter de vários organismos, a criação de novos órgãos, a melhoria da qualidade do ensino...

Table with 2 columns: 'TEMAS DE DEBATE' and 'RESOLUÇÕES'. Lists various topics like 'CONDIÇÕES DE TRABALHO', 'RELAÇÕES SOCIAIS', 'FORMAÇÃO DE PROFESSORES'.

## MANIFESTO Nossa Filiação à CUT

A filiação da ANDES-SINDICATO NACIONAL à CUT - Central Única dos Trabalhadores é consequência de um processo iniciado quando da criação da ANDES.

Desde sua fundação (1981) a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior esteve estruturada sob a égide da luta trabalhadora brasileira. O Movimento Docente sempre mudou em forma. O Movimento Docente sempre mudou em forma...

A CUT sempre esteve de lado dos trabalhadores no combate à repressão generalizada no setor de ensino superior em nosso país. Exatamente que se atingiu no campo da educação...

Tudo isso nos levou a uma conclusão: a luta dos docentes do ensino superior brasileiro, que de sempre foi a luta dos trabalhadores, não pode ser entendida fora do contexto da luta dos trabalhadores...

A CUT sempre esteve de lado dos trabalhadores no combate à repressão generalizada no setor de ensino superior em nosso país. Exatamente que se atingiu no campo da educação...

solidariedade internacional entre os explorados. Principais, progressos, práticas que guardam identidade com a história do movimento docente.

A ANDES e a CUT posturam-se por deliberações que procuraram preservar a unidade e a integridade dos trabalhadores no conjunto da Central Única dos Trabalhadores. ANDES e CUT sustentaram em suas lutas...

A CUT sempre esteve de lado dos trabalhadores no combate à repressão generalizada no setor de ensino superior em nosso país. Exatamente que se atingiu no campo da educação...

Tudo isso nos levou a uma conclusão: a luta dos docentes do ensino superior brasileiro, que de sempre foi a luta dos trabalhadores, não pode ser entendida fora do contexto da luta dos trabalhadores...

A CUT sempre esteve de lado dos trabalhadores no combate à repressão generalizada no setor de ensino superior em nosso país. Exatamente que se atingiu no campo da educação...

O VIII Congresso da ANDES, promovido em São Paulo, em 14 e 15 de março de 1989, teve como tema central a luta dos docentes do ensino superior em nosso país.

A decisão, amplamente majoritária, de filiação à CUT, ocorreu em longo processo de discussão no interior do Movimento Docente. De um lado, não apenas os membros do movimento de ensino superior, mas também os membros de outros movimentos...

O Movimento Docente colocou-se diante de uma escolha: a luta dos docentes do ensino superior em nosso país, ou a luta dos docentes do ensino superior em nosso país...

Filiados à CUT, passamos a fazer parte de um movimento de luta dos docentes do ensino superior em nosso país. Exatamente que se atingiu no campo da educação...

São Paulo, 18 de fevereiro de 1989. O Movimento Docente do Ensino Superior em nosso país. ANDES-SINDICATO NACIONAL.



## SANTA ÚRSULA: Caso de polícia



No entanto, a USU insiste em desmontar a direção da instituição e manter sua estrutura de ensino sob a direção dos professores, não sem pagarão os salários devidos à Gávea desde a criação?

O assunto foi discutido na última Assembleia da ADUSU em reunião do Colégio de Psicologia onde se decidiu: O assunto foi discutido na última Assembleia da ADUSU em reunião do Colégio de Psicologia onde se decidiu...

A ANDES-SN já estava com pedido de judicialização do caso. A decisão da Justiça, há, deve ainda compreender não só o caso de Santa Úrsula, mas também o caso de Santa Úrsula...



# INFORMA ANDES

Boletim Informativo do  
Sindicato Nacional dos Docentes das  
Instituições de Ensino Superior

Ano I - nº 2  
5 de Dezembro de 1990

## Editorial

### Vitória no STJ

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura (CNTEEC) e um grupo de 8 (oito) Federações investiu desde o primeiro momento contra a legalidade e a aquisição de personalidade da Andes-SN. Em 1988, logo após o registro da Andes-SN no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Brasília e o depósito dos atos constitutivos junto no Ministério do Trabalho, a Confederação e as Federações referidas, propuseram Ação Ordinária de Cassação de Registro da Andes-SN cumulada com o pedido de proibição de cobrança da Contribuição Sindical perante a 9ª Vara Cível de Brasília. Esse processo contudo, devido sua natureza, ainda encontra-se em fase de conhecimento (procedimento de provas) portanto, em primeira instância.

Acontece que com a promulgação da Instrução Normativa nº 9, da então Ministra do Trabalho Dorothea Werneck, a Andes-SN, por excesso de zelo, regularizou sua documentação junto ao Ministério do Trabalho, muito embora, desnecessário. Assim recebeu o número da conta vinculada para desconto da Contribuição Sindical através da Caixa Econômica Federal.

Contra essa operação também insurgiu a CNTEEC e o mesmo grupo de Federações, propondo Mandado de Segurança contra ato da Ministra perante o Supremo Tribunal de Justiça (STJ), última instância de recurso do processo ordinário que corre pela 9ª Vara Cível de Brasília.

O Ministro relator do Mandado de Segurança interposto pela Confederação e Federações, notficou a Andes-SN para manifestar-se, a respeito do processo. Então, um processo que buscava apenas

cassar os efeitos da Instrução Normativa nº 9 passou a tratar do núcleo do problema que era averiguar se a Andes-SN podia ou não se transformar em Sindicato Nacional.

Nesse sentido é que foi julgado o Mandado de Segurança, onde a 1ª turma do Supremo Tribunal de Justiça decidiu por 7 a 1 indeferir a medida pleiteada pelas Confederações e Federações, por considerar que a Andes-SN constituída da forma que foi, é absolutamente legal.

O efeito jurídico do julgamento é arrasador. Primeiro porque o Recurso do Mandado de Segurança é inválvel. Depois porque o mesmo Tribunal que julgou favoravelmente à Andes-SN é o Tribunal competente para julgar, em grau de recurso, o processo ordinário. Concretamente houve um julgamento de mérito favorável sobre a personalidade jurídica da Andes-SN.

Federais em  
campanha  
salarial rumo à  
data-base  
(Extra)

Reuniões de  
GTs e  
comissões em  
dezembro  
- Agenda  
(Pág.2)

Estaduais:  
Ação  
pós-eleições/90  
(Pág. 4)

Quadro salarial  
completo  
(Pág. 4)

A palavra oficial  
- Circulares  
(Pág. 3)

Collor dá resposta ao  
RJU até 10/12  
(Pág. 2)

EXTRA

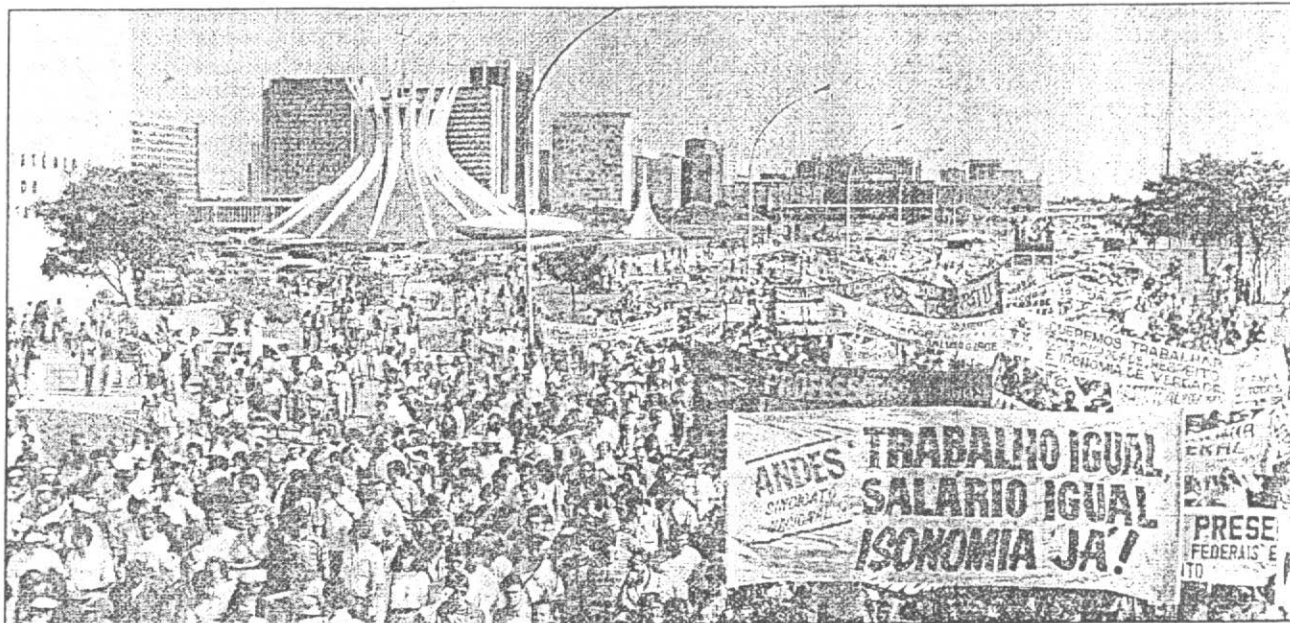
SINDICATO NACIONAL

# INFORMANDES

JUNHO/93

Filiado à CUT

Informativo do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior



Setor das IFES da ANDES-SN presente na passeata dos SPFs, Esplanada dos Ministérios, Brasília (25/março/93). Foto: José Varella/AE

## No calor da luta: uma greve decisiva contra o desmonte do Estado

**D**eflagrada em 13 de maio, a greve dos Servidores Públicos Federais alcançou, em poucos dias, um grau de adesão bastante grande. Praticamente todos os setores do serviço público foram atingidos pela paralisação. Sua distinção em relação às anteriores reside no fato de ter sido efetivamente a primeira greve unificada dos servidores federais. As experiências grevistas realizadas nos dois últimos anos foram de articulação de movimentos que não haviam concretizado a ação unitária no grau atingido atualmente.

O Movimento Docente (MD) nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) tem, nos últimos anos, participado, juntamente com os demais segmentos do sindicalismo no serviço público, deste esforço de conquistar um movimento que, superando o corporativismo, pudesse enfrentar o governo e as políticas de desmonte do serviço público.

No momento da deflagração da greve, os docentes encontraram-se diante da seguinte dúvida: paralisariam em torno da pauta específica ou da pauta unitária? Com bastante clareza, as Assembléias das Associações Docentes/Seções Sindicais (AD/SSind) verificaram que, antes que antagônicas, as pautas se combinavam e deveria ser feito todo o empenho na direção

de construir uma greve unificada e vitoriosa.

Nas IFES, a greve atingiu, até aqui, quarenta e três ADs-SSind, em quarenta e uma instituições. Nestas, em diversos estados, a unificação com os demais SPFs em greve deu-se também com a constituição de comandos unificados que conduziram manifestações importantes, sobretudo nas capitais.

A força da greve foi sentida pelo governo, entre outras, na redução da arrecadação fiscal, na paralisação geral da administração - amplitude nunca vista. O governo foi levado a conversar com o Comando Unificado de Greve, no momento em que promovia a troca de ministros, medida cujo objetivo era buscar ampliar sua sustentação social.

A unidade dos servidores públicos, fazendo o governo recuar de sua intransigência conquistou, pelo menos, três vitórias significativas. A primeira foi a anistia aos servidores punidos em greves anteriores. Esta foi uma conquista que legitima o direito de greve no serviço público, o que ainda não é admitido em muitas áreas do governo. Contudo, a ação de dirigentes de órgãos públicos, no momento mesmo em que, na mesa de negociações, se firmava o acordo da anistia, promovia cortes

de ponto de grevistas, ilustra bem essa resistência.

Diante da força da greve o governo teve que conceder reajuste salarial de 85%, reajuste muito maior do que pretendia oferecer. Devemos este reajuste apenas, e tão somente, à coesão e a unidade dos SPFs.

A luta centrou seu caráter ofensivo na busca da conquista da política salarial e da isonomia. Ela, enquanto ação conjuntural, não fez o governo recuar de seus propósitos de continuar a política de desmonte do serviço público. Nova ofensiva deverá vir com a revisão constitucional. Nela, os propósitos neoliberais, já apresentados nas emendas constitucionais de Collor, voltarão. Fim da estabilidade, da aposentadoria integral e por tempo de serviço, limitação da autonomia das Universidades, com o fim da carreira única, entre outros, serão problemas a serem enfrentados pelos servidores públicos.

A maior vitória da greve foi até aqui, é preciso ressaltar, a conquista deste grau de unidade absolutamente necessário para o enfrentamento das lutas futuras. Se o movimento unificado sai fortalecido, também assim se encontra o MD.

O XXVI CONAD deverá, à luz do balanço da greve, armar o MD para os embates que virão no próximo semestre.

**XXVI CONAD: NATAL (RN), DE 30 DE JUNHO A 3 DE JULHO**

17/7/93

SINDICATO NACIONAL

# INFORMANDES

JUNHO/JULHO/93

Filiado à CUT

Informativo do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

nte

## Golpe!

Sempre que o movimento social organizado defende a tese de que o neoliberalismo é um saque permanente à população e que governo e empresários tratam os trabalhadores como nação conquistada, fala-se em sectarismo, em teia, em corporativismo.

O radicalismo não é das classes subalternas. Dia a dia, hora a hora, repetimos, o governo, os empresários e seus representantes políticos, teimam em comprovar aquela afirmação. A mais recente reiteração dessa tese é a "política" salarial noticiada pela imprensa.

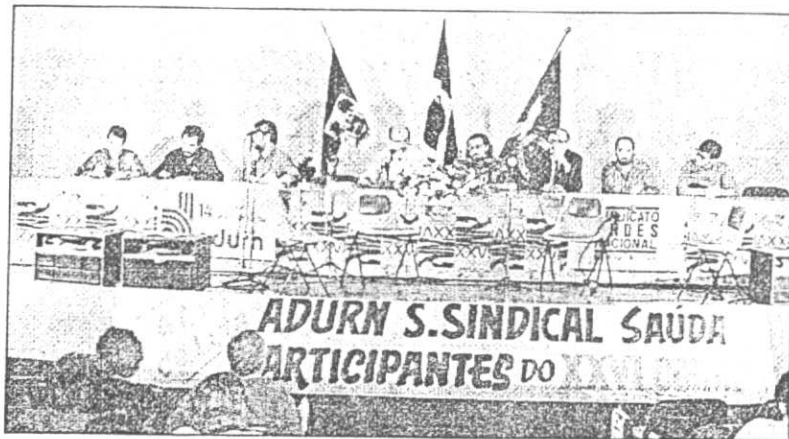
O Ministro da Fazenda já havia falado que o reajuste mensal dos salários conduziria à hiperinflação. *Repetia, apesar de ser logo, a ópera bufa de que salários são produtores de inflação.* Ele sabe muito bem que os salários são em 99% das ocasiões reajustados abaixo da inflação.

Agora, o presidente da FIESP vem a público para afirmar ser burrice a lei do Congresso que prevê o reajuste dos salários, embora não se tenha pronunciado contra a destruição do patrimônio público, via privatização.

Itamar passa agora da farsa ao golpe. Foi, segundo a imprensa, na reunião ministerial de 19 de julho, que vai vetar a lei do reajuste mensal aprovada pelo Congresso e que proporá, como Medida Provisória, o texto que o Senado tinha aprovado e que fora derrubado pela Câmara. *Golpe e revanchismo.* Essa política valerá apenas por dois meses, após os quais será feita uma outra. Isto nos leva a pensar que continuaremos a gastar nossas energias, simplesmente, para evitar golpes. E esse é o governo que se diz honesto, democrático e *pronto do impeachment!* Que novas tramóias poderão vir a ocorrer?

Todos sabemos a perversidade dessa situação. *O trabalho humano é a única mercadoria que é remunerada após ser consumida. Os trabalhadores, desse modo, antecipam capital aos capitalistas para que estes, com aquele capital, os explorem ainda mais. Em vez de criar hiperinflação o que os trabalhadores criam é o próprio capital.*

É preciso por fim à farsa e dizer basta ao golpe de Itamar e de seus ministros.



XXVI CONAD: abertura no Auditório da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## Conselho da ANDES-SN reafirma nossas lutas

O XXVI CONAD (Conselho da ANDES-SN) reunido em Natal, de 30 de junho a 3 de julho, decidiu pela realização de Campanha, com a CUT e o movimento social organizado, contra a Revisão Constitucional, em outubro (leia o editorial "A quem interessa o conto da revisão já?").

Construir um Programa Nacional de Capacitação Docente, combater as distorções da CAPES na concessão de bolsas e a necessidade de continuar a lutar para aprovar a LDB, em tramitando no Senado, foram as

tarefas privilegiadas pelo debate sobre a Política Educacional.

Sobre Ciência e Tecnologia foi proposto um debate que permita definir metas concretas para a atuação do nosso Sindicato.

Também se colocou como tarefas prioritárias a ampliação da participação do movimento social na área de Saúde e a colocação da Seguridade Social, da Previdência, da Saúde, como condições da cidadania plena.

Veja as principais decisões do CONAD nas páginas 4 e 5.

**Estaduais Paulistas: Luta salarial e discussão da LDO**

**DNTE debate verticalização no II Congresso**

**Encontro das Particulares: São Paulo, 14 e 15 de agosto**

# SINDICATO NACIONAL INFORMANDES

FEVEREIRO/95

Informativo do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior  
Filiado à CUT

**IFES, IEES E  
IPES DEFINEM  
PLANO DE  
LUTAS.**

**I CONFERÊNCIA  
NACIONAL  
DO SERVIÇO  
PÚBLICO**



Presidente da ANDES-SN abre o XIV Congresso

## Movimento político marca XIV Congresso

O XIV Congresso da ANDES-SN reuniu, em Brasília, de 14 a 18 de fevereiro, 290 delegados e 48 observadores. Esse ano, o Encontro se revestiu de caráter especial, pois ocorreu em um momento político extremamente importante para o País: o da renovação do Poder Executivo e Legislativo, pouco após a posse do novo Presidente da República.

Congresso abordou temas de interesse nacional, com a participação de personalidades respeitadas por toda a sociedade.

A Plenária de abertura discutiu as propostas do Governo e do Movimento Docente para a Educação e criticou a posição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que não prioriza o Ensino Superior como uma das metas para melhorar a qualidade de educação.

O Seminário que precedeu a abertura do

**REVISTA  
UNIVERSIDADE  
E SOCIEDADE  
Nº 8**

## Ato em defesa da universidade pública

A ANDES-SN conseguiu reunir, em um mesmo ato público, várias categorias sindicais e de trabalhadores. Foi uma oportunidade para a unificação de um processo de desenvolvimento comum, em todos as direções, pois, como disse o Secretário Geral da ANDES-SN, Edmundo Fernandes Dias, "não dá para se falar em Educação sem defender uma política de serviço público".

57 deputados, 7 senadores e representantes das maiores entidades sindicais do país se revezaram na Tribuna do Auditório Petrônio Portela, em uma mistura de emoção e confiança na vitória popular... e repúdio às propostas do Governo.

O Ato foi em Defesa da Universidade Pública.



Ato reuniu parlamentares e entidades de todo o Brasil

**PELA GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS**

Ano IX - N° 82 M - junho de 1998

SINDICATO NACIONAL

# INFORMAN DIES

FILIADO À  
**CUT**

Boletim mensal do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN

**UNIVERSIDADE PÚBLICA: QUEM FAZ SABE FAZ A HORA!**



**CAMPINA GRANDE PARAÍBA 26 A 29 DE JUNHO DE 1998**

Página 3

**Substitutivo entregue ao relator.**

Página 6

**O dia a dia da greve**

Páginas 4 e 5

**Docentes sem salário fogem para instituições privadas**

Página 7



## GREVE DE FOME: Um ato extremado

**P**rivo-me da comida porque me privam da palavra que tem fome de ser. Privo-me da comida porque me tiram a voz, o salário e tentam tirar-me o respeito. Tenho fome de justiça. Tenho fome de saber. Tenho fome de verdade.

Em defesa de um Ensino Público Superior de qualidade, professores voluntariamente estão desde o dia 15 de junho ministrando uma verdadeira aula política a partir de um gesto extremo, a greve de fome. Reunidos no Auditório Dois Candangos, no Campus da Universidade de Brasília, os professores estão doando seus próprios corpos em defesa de um ideal: a melhoria da Universidade Pública e a indissociabilidade entre ensino-pesquisa e extensão.

De acordo com a avaliação do Dr. Cláudio Freitas, coordenador da equipe medida voluntária que acompanha os professores em greve de fome, todos clinicamente bem. Os sintomas apresentados como sudorese, desidratação, mãos frias e variação de pressão arterial, entre outros são considerados "normais". A perda de peso, por enquanto, é o que mais preocupa a equipe médica, pois após uma semana sem comer, algumas pessoas chegaram a perder até seis quilos.

Já na avaliação da equipe de psiquiatras e psicólogos, também voluntários, que acompanha diariamente os participantes da greve de fome, o grupo está bem, e o mais importante, unidos em torno uma proposta, da qual não abrem mão: a Universidade Pública. Todos consideram um ato radical em defesa das IFES.

Segundo os grevistas de fome, o atentado brutal à vida das IFES levou-as a tomar uma atitude política contundente, como reação à tentativa oportunista do governo de, aproveitando o legítimo movimento reivindicatório da categoria, implementar as sessões do GED (rejeitado por todas as sessões sindicais), um outro modelo de universidade onde a cultura, a ciência e a tecnologia estariam somente a serviço do mercado.

"Apesar dos nossos corpos apresentarem sinais de debilidade, nossas mentes e nossos espíritos nos dão força para continuarmos a luta até vitória. Sentimo-nos preparados para matar a fome por mais dignidade e cidadania, em suma por nossas vidas e pela vida da universidade pública, gratuita e de qualidade social", assinam os professores universitários em greve de fome na defesa da Universidade Pública.

### Participantes voluntários

- Cândido Augusto Medeiros Júnior (APRUMA-S.SIND), Antônio Rafael da Silva (APRUMA-S.SIND), Durval Cruz Prazeres (APRUMA-S.SIND), Maurício Roberto da Silva (APFUSC-S.SIND), Marcos Lourenço Herter (APUSFC-S.SIND), Carlos Adalberto Celedônio (ADUFSC-S.SIND), Glaucio Falcão de Araújo (ADUNB-S.SIND), Alexandre Luiz Gonçalves de Rezende (ADUNB-S.SIND), Irenilde Angela dos Santos (ADUFMAT-S.SIND), Jorge Paulo dos Santos Vatrín (ADUFPA-S.SIND), Nelson de Oliveira Doki (SINDOCEFET/PB-S.SIND), Rômulo Nonato Nunes (ADUFES-S.SIND), Delson Lima Filho (ADURRJ-S.SIND), Pedro F. Dolpho Jungers Abib (APUS-S.SIND), Alexis Leite, (ADUPI-S.SIND), Valter Pires Pereira (ADUFES-S.SIND).

Ano XI - Edição Especial/Outubro/2000

SINDICATO  
ANDES  
SINDICATO  
PRÓLABO A CUT

SINDICATO NACIONAL

# INFORMANDES

Boletim mensal do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN

## Negociações já! Docentes das Particulares em luta



Estabilidade  
e garantia do  
emprego

Por um  
padrão  
unitário de  
qualidade

Salários e  
condições  
dignas de  
trabalho

Liberdade de  
organização  
sindical

Edição Especial

Por esse pão pra comer  
Por esse chão pra dormir



A certidão pra nascer  
E a concessão pra sorrir



Por me deixar respirar  
Por me deixar existir



Por essa praia, essa saia



As mulheres daqui



O amor malfeito depressa  
Fazer a barba e partir





Pelo domingo que é lindo  
Novela, missa e gibi



Por mais um dia agonia  
Pra suportar e assistir





Pelo rangido dos dentes  
Pela cidade a zunir

E pelo grito demente  
Que nos ajuda a fugir



AOS MESTRES COM CARINHO

Pelo prazer de chorar  
E pelo estamos aí



Pela piada no bar  
E o futebol pra aplaudir



Um crime pra comentar  
E um samba pra distrair



Pela cachaça de graça  
Que a gente tem que engolir



Pela fumaça desgraça  
Que a gente tem que tossir



Pelos andaimas pingentes  
Que a gente tem que cair



Pela mulher carpideira  
Pra nos louvar e cuspir



E pelas moscas bicheiras  
A nos beijar e cobrir



E pela paz derradeira  
Que enfim vai nos redimir.

**Bibliografia:**

- DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990.
- FOUNTOURA, Maria Helena da. **A Formação do Professor Universitário: considerando propostas de ação.** In: *Formação de professor: narrando, refletindo, intervindo*, Rio de Janeiro: Intertexto, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia – Saberes necessários à sua prática.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- KINCHELOE, Joe L. **A Formação do Professor como Compromisso Político – Mapeando o Pós-Moderno.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- LÜDKE, Menga (coord.). **O professor e a pesquisa.** Campinas: Papirus, 2001.
- Revista Universidade e Sociedade/ Intelectuais Militantes 20 anos do Movimento Docente / Edição Especial.** Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Vol. 1, nº 1 (fev 1991) – Brasília (DF)
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice. O social e o político na Pós-Modernidade.** 6. ed., São Paulo: Cortez Editora, 1999.
- ZAINKO, Maria Amelia Zabbag. **Planejamento, universidade e modernidade.** Curitiba: All-Graf Editora, 1998.



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

**FORMAÇÃO DE DOCENTES UNIVERSITÁRIOS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO**

**AValiação de Monografia**

Título da monografia : O processo identitário no movimento dos docentes universitários

Autor : Mito Hercoente

Professor Orientador : Adilson Florentino da Silva

Professor Leitor : Angela Maria Souza Martins

Parecer do Orientador :

O trabalho objeto desta análise, se insere no eixo de preocupação das discussões em torno da formação de professores. O tema abordado está bem fundamentado e atende as exigências teórico-metodológicas de um trabalho científico no nível de pós-graduação, neste sentido confiro à aluna o conceito E (excelente)

Parecer do Professor Leitor :

O trabalho da aluna está muito bem elaborado e estruturado. Apresenta um tema de grande relevância pois busca a identidade do professor universitário e o significado e a trajetória histórica do movimento docente nas últimas décadas (80 e 90). A mesma aborda estes com ótima fundamentação teórica, apresentando questões muito significativas e reflexões pertinentes. Confiro a aluna o conceito E (excelente)

Conceito Final :

Data :

Assinaturas :

Adilson Florentino da Silva

Angela Maria Souza Martins